

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM ESPANHA NO SÉCULO XVIII

1. INTRODUÇÃO

O início dos estudos sobre a gramaticografia espanhola do século XVIII tem como marco o trabalho de Fernando Lázaro Carreter (1985[1949]). Passados mais de sessenta anos sobre a primeira edição dessa obra, o tema continua a ser alvo de atenção da comunidade investigadora, como, recentemente, se tem tornado visível através de importantes eventos científicos¹ e do trabalho de especialistas como María José García Folgado (2002; 2003; 2004a 2004b, 2005, 2006, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011)². No âmbito do presente trabalho, convém sublinhar que, tanto os estudos mais recentes como os que os precederam, são indicadores do relevo da matéria de que aqui se trata, na medida em que um dos focos privilegiados da atenção dos investigadores é precisamente a produção gramaticográfica de cunho racionalista.

¹ De que são exemplos especialmente relevantes os seguintes casos:

- *VI Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. “*En la senda de 1812: las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII Y XIX*”: realizado de 6 a 9 de novembro de 2007, em Cádiz, pela *Sociedad Española de Historiografía Lingüística*;

- *III Simposio Internacional “El castellano y sus gramáticas. La gramática española en el siglo XVIII (1700-1835)”*: realizado de 20 a 22 de maio de 2009, em Salamanca, pela *Fundación Instituto Castellano y Leonés* e pela Universidade de Salamanca.

² Por razões de economia de referências, uma vez que a tese de doutoramento da García Folgado (2005) recolhe grande parte do contributo de alguns destes artigos ou é recuperada noutros, nos casos em que a informação se sobrepõe, é apenas citada a dissertação. Para um conhecimento exaustivo dos estudos publicados no período compreendido entre a publicação da obra de Lázaro Carreter e os últimos trabalhos de García Folgado, cf. Miguel Ángel Esparza Torres (coord.) (2008). Pela sua importância enquanto obra de conjunto sobre o período dentro do qual se inscreve a maior parte das obras que aqui se estudam, destacam-se aqui ainda os trabalhos de José Jesús Gómez Asencio (1981 e 1985).

Advirta-se, desde já, que a expressão *racionalismo* será aqui usada num sentido lato, aproximando conceitos, em rigor, distintos, como os de *gramática racional*, *gramática geral* e *gramática filosófica*³. Não obstante se proceder aqui a essa pontualização sempre que for oportuno, a tradição gramatical espanhola da época em estudo, particularmente até meados do século, permite-nos, tanto por razões qualitativas como quantitativas, reduzir esse nível de rigor.

Com efeito, como descreve Lázaro Carreter (1985[1949]: 190), a produção gramaticográfica setecentista espanhola é escassa, particularmente no tocante à gramática de língua materna. Segundo o mesmo autor (1985[1949]:190), os textos gramaticais deste período orientam-se de forma maioritária para o ensino do Espanhol como língua estrangeira⁴. Niederehe (2001: 183-184) inclui ainda dentro deste foco prioritário o estudo do Latim⁵, embora alerte para o facto de que, se bem que os textos sobre o Latim se revelam pouco inovadores, já as gramáticas de Espanhol para estrangeiros traduzem a influência das correntes linguísticas que marcam a época em questão, notando-se nelas o cunho do racionalismo de influência francesa. No que às gramáticas de língua materna se refere, há contudo que observar que a situação se altera a partir da segunda metade do século, observando-se um incremento significativo de obras desse tipo, como demonstra e explica García Folgado (2004b: 91-93, 2011) e como vem reforçar o *corpus* aqui seleccionado. Note-se que, apesar desse desenvolvimento gramaticográfico e do vigor das ideias racionalistas na época em estudo, não devemos esquecer que, como aqui se verá, elas assumem na gramaticografia espanhola contornos ainda algo incipientes, quando em França o racionalismo gramatical em sentido estrito alimentado pela escola de Port Royal já perdia projecção para as teorias expostas por autores como César Du Marsais e Nicolas Beauzée na

³ Sobre a necessidade de diferenciar os conceitos correntemente abrangidos pela expressão *racionalismo*, cf. Swiggers (2011: 59).

⁴ Mesmo neste domínio específico, Sánchez Pérez (1992: 152-153) regista um declínio gramaticográfico qualitativo e quantitativo relativamente aos séculos XVI e XVII, como consequência do declínio do próprio império espanhol.

⁵ Observe-se, no entanto, que, como aliás refere Niederehe (2000: 184), a situação do Latim no século XVIII sofreu modificações em termos do seu estatuto e uso. Essa alteração é resultado de mudanças de paradigmas culturais e linguísticos, às quais não parecem alheias as ideias preconizadas pelos gramáticos racionalistas a respeito da independência da descrição gramatical das línguas modernas face à tradição de descrição do Latim e a respeito da afirmação das línguas modernas como veículo de descrição do Latim, se bem que, como adverte García Folgado (2004b: 103-109; 2005: 85-98), em comentário à situação do ensino do Latim em Espanha no século XVIII, tais reivindicações não significam a proposta de eliminação do ensino do Latim, o qual era ainda um pilar fundamental do sistema educativo da época. Seja como for, o contexto a que aqui se faz referência - e sobre o qual se encontra mais informação em Gil Fernández (1997: 59-83) - teve consequências no plano pedagógico, quer no âmbito das reformas e políticas educativas, quer no âmbito dos materiais gramaticográficos de suporte à aprendizagem de línguas, tanto da espanhola como da latina.

Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, (Paris 1751-1765), publicada por Jean le Rond D' Alembert e Denis Diderot⁶. Acresce a este fator de relativização do relevo da gramática racionalista em Espanha o facto de que a gramática de cunho mais descritivo e normativo continua a ter um papel muito relevante, mesmo nas obras que em maior ou menor medida aderem às ideias racionalistas⁷.

2. O CORPUS

Para a constituição do *corpus*, serviu de referência a proposta de periodização gramatical de Luis Girón Alconchel (2007: 57) e, em particular, o levantamento bibliográfico que a complementa, no qual se isolaram os textos de inspiração racionalista publicados durante o século XVIII⁸. Ainda que a quase totalidade das obras selecionadas para este estudo se situe na segunda metade do século, de acordo com a referida proposta, a centúria reparte-se por dois períodos, nos quais a produção gramatical racionalista se distribui da seguinte forma:

i) Do início do século até à publicação da gramática académica

1728. Francisco de La Torre y Ocón:

Nuevo método, breve, útil y necesario para aprender a escribir, entender y pronunciar las dos principales lenguas, española y francesa (Madrid, Imprenta de Juan de Ariztia, 1728).

1769. Benito de San Pedro:

Arte del romance castellano (Valencia, Imprenta de Benito Monfort, 1769).

1770. Salvador Puig:

Rudimentos de gramática castellana (Barcelona, Thomas Piferrer, 1770).

⁶ A maior parte do *corpus* deste trabalho coincide com o período que Swiggers (2011: 69-76) descreve como “una tercera fase de la gramática general en Francia”, que teria início na segunda metade do século XVIII. Por seu turno, a primeira fase (Swiggers 2011: 61-64) estaria vinculada ao texto que se convencionou designar *Gramática de Port Royal* ou *GGR* e que corresponde à *Grammaire générale et raisonnée* (Paris 1660), publicada anonimamente por Antoine Arnauld & Claude Lancelot; a segunda fase (Swiggers 2011: 64-69), corresponderia ao período de desenvolvimento das ideias de Claude Buffier e Gabriel Girard; Finalmente, uma quarta fase (Swiggers 2011: 76-79) teria por referências as obras de Étienne Bonnot de Condillac e Antoine-Loius- Claude Desttut de Tracy.

⁷ Veja-se, por exemplo, o que escreve Emilio Ridruejo Alonso (1989) sobre a influência das edições da *GRAE* em Jovellanos. Outro reflexo do relevo dessa tradição gramatical é o facto de ser precisamente no século XVIII, mais precisamente em 1740, que se reedita a Gramática de Antonio de Nebrija, e cuja receção setecentista foi recentemente estudada por Esparza Torres (2011). Simetricamente, cabe aqui sublinhar também a influência racionalista na gramaticografia de cunho normativo-descritivo, como fez Girón Alconchel (2007: 64-65 e 67) a respeito, por exemplo, da obra de Benito Martínez Gómez Gayoso e da *GRAE*.

⁸ Para uma visão completa da produção gramaticográfica espanhola setecentista cf. Niederehe (2005).

ii) De 1771 até final do século

1794-1797. Gaspar Melchor de Jovellanos:

Foi consultada a edição do *Curso de Humanidades Castellanas* que integra a coletânea de Cândido Necedal: *Obras publicadas e inéditas de D. Gaspar Melchor de Jovellanos*, Tomo I (Madrid, M. Rivadeneyra, 1858: 101-168).

1798. Juan Antonio González de Valdés:

Gramática completa grecolatina y castellana (Madrid, Imprenta Real, 1798)⁹.

Aqui são contemplados cinco materiais gramaticográficos publicados em Espanha por autores espanhóis que, *latu sensu*, se inserem na linha do racionalismo gramatical, não obstante as diferenças entre eles quanto à maior ou menor absorção dos pressupostos racionalistas, conforme adiante se desenvolverá. Todos eles são gramáticas do Espanhol ou incluem uma gramática do Espanhol. Dois correspondem a gramáticas de língua estrangeira ou segunda língua - o de Torre y Ocón e o de Puig -, orientados, respetivamente, para franceses, para catalães e valencianos. Um terceiro texto - o de González de Valdés - corresponde a uma gramática de línguas clássicas. Nestes três casos, a análise aqui realizada incide sobre a parte da obra correspondente à gramática do Espanhol. O *Curso de Humanidades Castellanas* de Gaspar Melchor de Jovellanos, embora não seja uma gramática, inclui textos metagramaticais de relevo. Nele se analisam os seguintes textos: *Rudimentos de gramática general*, *Rudimentos de gramática castellana* e *Tratado de análisis del discurso*. Do conjunto de textos apontados por Girón Alconchel, foi excluído *Fundamento y vigor da la lengua castellana* (Madrid 1791) de Gregorio Garcés, por não cumprir com o critério acima enunciado.

Sobre a produção gramaticográfica francesa que, de forma privilegiada, enquadra e inspira desde o exterior a gramaticografia espanhola setecentista de cunho racionalista, falar-se-á oportunamente, na medida em que o requeira o comentário das obras aqui tratadas¹⁰. No tocante aos antecedentes do racionalismo espanhol no seu próprio território, adotar-se-á a mesma estratégia, mas em menor medida, já que deles tratam, com detalhe, os trabalhos de Manuel Mañas Nuñez e María Dolores Martínez Gavilán, no presente volume. Num e noutro caso, o propósito será sobretudo determinar quais os pressupostos teóricos partilhados e quais os textos de referência¹¹ mais relevantes para os autores em foco neste estudo.

⁹ Deste texto existe uma primeira edição datada de 1791 e intitulada *Gramática de la lengua latina y castellana* (Madrid, Imprenta Real), contudo não foi possível aceder à mesma.

¹⁰ Para uma atualização da visão de conjunto sobre a receção da gramática geral e filosófica francesa em Espanha, cf. Pierre Swiggers (2011). Para um alargamento desta perspectiva ao impacto na tradição espanhola da generalidade da tradição europeia, cf. Gerda Hassler (2011).

¹¹ Assume-se aqui este conceito tal como definido por Hassler (2011: 17): “Llamamos gramáticas de referencia obras gramaticales a las cuales pueden referirse autores de otras gramáticas y naturalmente también los usuarios. Se trata, según esta definición, de gramáticas influyentes y prestigiosas que sirvieron de modelo para otras”.

Independentemente da sua diversidade, não se desenvolvem aqui os aspetos formais que separam ou aproximam os textos do *corpus*. Tampouco são aqui tratados os metodológicos, apesar de a totalidade das obras em estudo, como se conclui da leitura dos seus textos preliminares, estar orientadas para a situação de aprendizagem¹². Em seu lugar, o presente trabalho incide prioritariamente sobre a teoria linguística subjacente às obras em estudo - mais especificamente, sobre os aspetos que denunciam a afinidade doutrinal com a corrente racionalista - estruturando-se em torno de três eixos: i) a noção de gramática; ii) as classes de palavras; iii) a sintaxe.

3. A NOÇÃO DE GRAMÁTICA

Benito de San Pedro (1769: tomo I, XXIV)	“Se llama Gramatica el Arte que enseña a hablar i escribir bien; esto es, conforme a las reglas autorizadas por el uso de los doctos”.
Puig (1770: 1)	“Gramatica es el Arte que enseña a hablar bien ò correctamente. Su fin, ò su obgeto es la concertada y congruente locucion”.
Jovellanos (1794-1797: 104)	“Al arte de unir y enlazar las palabras de una lengua para expresar por su medio los pensamientos y formar un discurso seguido, se ha dado el nombre de gramática, la cual puede ser definida así: <i>gramática</i> es el arte de hablar bien una lengua, ó es el conjunto de reglas que deben ser seguidas y observadas para hablar bien una lengua [...]. Estas reglas establecidas por el uso y reunidas por la observacion, fueron en parte derivadas de la naturaleza, y en parte de condiciones arbitrarias; y por eso hay algunas que son comunes á todas las lenguas del mundo, y otras que son propias y peculiares de cada lengua en particular. Al conjunto de reglas de la primera clase daremos el nombre de <i>gramática general</i> , y al de la segunda, de <i>gramática particular</i> ”.
González de Valdés (1798: 1, 5 e 308)	“El arte de hablar bien se dirige, á hablar con propiedad y pureza algun lenguaje, y se divide en metódica elemental y sublime, y en historial. El fin de la Gramática elemental es enseñar las diferencias del sonido de la voz, y las sílabas de las palabras del lenguaje por medio de las articulaciones de cada palabra”. “La gramática sublime enseña la esencia y accidentes de las palabras de un lenguaje por medio de los sonidos de la voz, aunque también se sirve accidentalmente de las letras que los representan, igualmente que se sirven de ellas las demas ciencias para enseñar sus objetos. Se extiende a mucho más que un diccionario por las 4 partes de que se compone, <i>analogía etimología, prosodia, y construccion</i> . Gramática historial es la explicacion ó leccion de las demas ciencias y artes á lo menos en general”. “Para conseguir esta erudicion se necesita indispensablemente algun lenguaje, su uso, y la razon ó lógica de él, que es la gramática”.

Quadro 1: gramática - definição

¹² Inclusivamente, no caso de Puig e de Jovellanos, os seus textos estavam expressamente destinados a um contexto didático institucional: ao *Colegio Episcopal y Tridentino de Barcelona* e ao Instituto Asturiano,

Nas passagens recolhidas¹³ destaca, em primeiro lugar, o recurso unânime à expressão *Arte*. Este conceito, como se recolhe dos trabalhos de Lozano Guillén (1992: 23-28) e de Martínez Gavilán (2011: 576), ficou historicamente marcado pela bipolarização entre *ars* e *scientia*. Essa distinção tem origem na tradição clássica e desenvolve-se na gramaticografia medieval, identificando o primeiro destes conceitos com a tradição gramatical descritivo-normativa e o segundo, com a filosófico-especulativa. Não obstante, como explica Gómez Asencio (1981: 18), a expressão *arte* acabou por generalizar-se de tal forma que foi absorvida quer pela linha normativa, quer pela racionalista, salvaguardadas as diferenças¹⁴ e excetuados certos contextos¹⁵. É a esta luz que se compreende a sua presença nos textos em cotejo, integrando uma definição de gramática cujas raízes na tradição clássica são comentadas por Lozano Guillén (1992: 27-30) e que Gómez Asencio faz remontar a Diomedes: “gramática es el arte de hablar y escribir correctamente” (Gómez Asencio 1981: 18).

As definições apresentadas por Benito de San Pedro e por Puig são as que menos acrescentam a esta ideia. É na formulação extraída de Jovellanos que são mais evidentes elementos chave da tradição racionalista. Em primeiro lugar, surge a identificação de *gramática* com “unir y enlazar las palabras”, o que remete para a noção de *sintaxe* e confere a esta uma centralidade acorde com o relevo que a mesma adquire na gramática de inspiração racionalista. Destaca-se ainda a conceção da dupla tarefa (geral e particular) da gramática, aspeto em que Jovellanos, segundo Gómez Asencio:

[...] es uno de los pioneros y primeros difusores y defensores de la gramática general en nuestro país y es también, salvo error, el primer gramático en la historia de la gramática

respetivamente, como informam a folha de rosto da gramática de Puig e uma nota de rodapé de Cándido Necedal na sua edição das obras de Jovellanos (1858[1794-1797]: 101). Aliás, como põe em relevo García Folgado (2011: 283), nas três últimas décadas do século XVIII predominam as obras orientadas para o ensino, sendo as tipologias textuais predominantes “textos con valor didáctico – las que hemos denominado gramáticas escolares –, textos con valor propedéutico y textos con valor cognoscitivo o como perfeccionamiento del idioma patrio”. Importante informação sobre as opções metodológicas de alguns dos textos do *corpus* pode ser encontrada neste mesmo trabalho de García Folgado.

¹³ Excluiu-se Torre y Ocón, por não apresentar uma definição propriamente dita. As transcrições realizadas ao longo deste trabalho respeitam a ortografia das edições consultadas, excepto em três casos em que se procedeu à modernização da grafia: i) a representação da sibilante [s], em que f é substituído por s (ex: *syntaxis* por *fyntaxis*); ii) a representação da vogal francesa anterior fechada [y], em que “v” é substituído por “u” (ex. *une* por *vne*); iii) a representação da vibrante labiodental francesa [v], em que “u” é substituído por “v” (ex. *avoient* por *avoient*).

¹⁴ Em Martínez Gavilán (2011: 585-592), identificam-se, contextualizam-se e exploram-se as diversas configurações que, durante o período aqui em estudo, assume o conceito de *arte* em textos de diferente alinhamento doutrinário.

¹⁵ No quadro da distinção racionalista entre *gramática geral* e *gramática particular*; a correlação destas noções com as de *ciência* e *arte*, respetivamente, revela maior constância, não se verificando o uso do termo *arte* aplicado à gramática geral, como dá conta Gómez Asencio (1981: 30).

española que define la gramática general y que contempla este campo de estudio como complementario con el de la gramática particular (Gómez Asencio 1981: 26).

Como põe em relevo García Folgado (2005: 559-561), em Jovellanos, a gramática geral e a gramática castelhana dão inclusivamente lugar a capítulos diferentes do seu *Curso*, enquanto que, em San Pedro, tal distinção apenas se insinua:

Ai principios generales y comunes a todas las lenguas especialmente a la española i latina con la italiana i francesa, i en quanto se trata en estos dos libros [*Analogía e Sintaxis*] está notado lo que basta para enterarse a un mismo tiempo de las nociones fundamentales de todas estas lenguas, i de lo particular de nuestro romance (San Pedro 1769: tomo I, X).

Esta conceção surge aqui associada à da dupla natureza da linguagem (natural e arbitrária) - uma diferenciação que remonta à chamada *Gramática de Port Royal* - a *Grammaire Générale et Raisonnée (GGR)* de Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Paris 1660) -, onde tem correspondência com a dicotomia *som/sentido*¹⁶. Como também faz ver García Folgado (2005: 261), embora esta questão se possa já pressentir em San Pedro, encontra-se ainda num estágio muito incipiente e desvinculada da noção de arbitrariedade: “hablamos para manifestar nuestros pensamientos por medio de las palabras, que son las voces articuladas por la lengua o labios, con intencion de manifestar lo que se oculta en nuestro animo” (San Pedro 1769: tomo I, XXIV). Seja como for, tanto a questão do caráter geral da linguagem como o da sua arbitrariedade são relevantes para o enquadramento teórico destes autores na linha do pensamento racionalista, já que se afiguram como questões essenciais na gramática racionalista e que alcançaram especial projeção na linguística moderna, sobretudo através da obra de Ferdinand de Saussure¹⁷ e de Noam Chomsky¹⁸.

Em González de Valdés, a identificação dos conceitos de *lógica* e *razão* com o de *gramática* já imprime certa proximidade às ideias racionalistas, mas é em Jovellanos - e particularmente no *Tratado de análisis del discurso* - que a relação entre linguagem, gramática e pensamento se reveste de contornos

¹⁶ “La grammaire est l’Art de parler. Parler, est expliquer ses pensés par des signes, que les hommes ont inventez à ce dessein. [...] Ainsi l’ ont peu considerer deux choses dans ces signes: La premiere; ce qu’ ils sont para leur nature, c’est à dire, en tant que sons & caracteres. La seconde; leur signification; c’est à dire, la maniere dont les hommes s’ en servent pour signifier leurs pensées” (Arnauld & Lancelot 1660: 5).

¹⁷ A retoma desta herança é visível a propósito da dupla face do signo (significado e significante) e da sua arbitrariedade: “o laço que une o significado ao significante é arbitrário, ou melhor, uma vez que entendemos por signo o total resultante da associação dum significante a um significado: o signo linguístico é arbitrário” (Saussure 1986[1916]: 124).

¹⁸ Sobre a evolução das teorias setecentistas acerca de uma gramática geral ou universal para as modernas descrições generativistas da dicotomia *estrutura profunda/estrutura de superfície*, cf. Chomsky (2009[1966]: 78-92).

racionalistas mais claros, na medida em que, paralelamente à noção de que a linguagem é subsidiária do pensamento, estabelece ainda a ideia de que a gramática é expressão da razão.

Una cosa es pensar y hablar, y otra pensar y hablar bien. Todos los hombres piensan y hablan, porque sus necesidades les precisan á esto desde la infancia. Mas ¿qué diferencia reina entre ellos en este punto!

[...] ¿Quien duda que explicarán bien sus ideas si estuviesen colocados en su entendimiento en un órden claro? Pues en este caso solo tendrían que dar á las palabras el mismo órden que tienen sus ideas (Jovellanos 1794-1797:150-151).

Do mesmo modo que o signo, na sua dupla natureza formal e significativa, se institui por esta altura enquanto representação arbitrária de uma ideia (Fuertes Gutiérrez 2004: 95-99), a gramática é assumida como representação de uma ordem lógica ou natural.

Na definição de Jovellanos é ainda visível a identificação de Arte com um conjunto de regras e a definição do método de estabelecimento e recolha das mesmas através do uso e observação, conciliando a atitude prescritiva com a descritiva, mais habitual, conforme aponta Gómez Asencio (1981: 31), nos gramáticos que se desviam da linha normativa.

Das passagens selecionadas no quadro anterior, apenas as de Jovellanos e González de Valdés se referem explicitamente às partes da Gramática. Jovellanos, expressamente, apenas distingue entre *gramática geral* e *gramática particular*, integrando-se num esquema binário que, como expõe Manuel Iglesias Bango (2011: 648), é partilhado pelos tratados de gramática geral deste período, ao passo que os de gramática particular se inclinariam por uma conceção quaternária das disciplinas da gramática. É o caso de González de Valdés, que, para além de considerar em termos macroestruturais três tipos de gramática (*elementar, sublime e historial*), propõe ainda, no plano interno, quatro partes: *analogia, etimologia, prosódia e construção*. Trata-se de uma proposta que Gómez Asencio (1981: 34) não identifica, nestes termos concretos, em nenhum outro gramático do último quartel do século XVIII e que apresenta como a mais tradicional das propostas de divisão em quatro partes desse período. Efetivamente, como refere Lozano Guillén (1992: 29), a proposta de quatro partes que encontramos em González de Valdés remonta à estabelecida por Prisciano e foi acolhida no período medieval quer pela tradição normativa quer pela especulativa. Como, por sua vez, se pode ler em Martínez Gavilán (2011: 616), tal proposta consolida-se entre os séculos XV e XVII e perdura ainda no século XVIII. Concretamente, no caso de González de Valdés observa-se que a ortografia fica excluída e que, como esclarece Gómez Asencio (1981: 35), os conceitos de *analogia* e *etimologia* são concebidos como duas faces do que hoje se designa como *morfologia*.

Analogía, se llama la proporcion, ó semejanza natural que hay de unas palabras, ó expresiones á otras del lenguaje en alguna de sus circunstancias, v. g. *coruus*, *taurus*, el cuervo, el toro, disílabas, masculinas, de una misma declinacion, especie, número, cantidad &c.

La *etimología* sirve para buscar el origen de que dimanen las palabras que se han ido multiplicando en las lenguas con el aumento de la composicion, y derivacion de ellas: lo qual se llama figura simple, ó compuesta, y especie primigenia, ó derivada, v. g. *decus*, honor, 2 palabras simples; *dédecus*, deshonor, 2 palabras compuestas: *arbo*, arbol, 2 palabras primigenias; *arbúscula*, arbolito, 2 palabras derivadas (González de Valdés 1798: 6).

Já em San Pedro, a descrição das partes da gramática surge no seguimento da sua definição.

Hablamos para manifestar nuestros pensamientos por medio de las palabras, que son las voces articuladas por la lengua o labios, con intención de manifestar lo que se oculta en nuestro ánimo.

Escrivimos por medio de figuras o letras, que ponen a la vista las palabras o vocablos [...].

De las palabras ordenadas nace el razonamiento o la oración, que las considera como sus partes [...]. A este fin deberá el Gramático conocer primero la calidad de cada una de estas partes separadamente, i después el modo como se an de ordenar i disponer entre sí, para componer el habla pura, clara, i elegante, como también la correspondencia de las pronunciaciones con sus letras para la buena escritura.

Por esta doctrina se puede dividir comodamente la Gramática en cinco libros. En el primero se trata del Origen, i perfeccion de la lengua Española. En el segundo de las partes de la oracion separadamente, que llamamos *Analogia*. en el tercero de la *Syntaxis*, o decente union de dichas partes, para formar la perfecta oracion. En el cuarto de la buena pronunciación o *Prosodia*. En el quinto de la buena escritura, que se llama *Orthographia* (San Pedro 1769: tomo I, XXIV-XXV).

As matérias que aí reconhece teoricamente como partes da Gramática encontram correspondência na estrutura da sua obra, para a qual reivindica o Brocense como modelo¹⁹, embora tal fidelidade tenha sido questionada (Lázaro Carreter 1985[1949]: 200)²⁰. Um dos aspetos que merece destaque é a inclusão de um capítulo sobre a história da língua. Trata-se de uma situação que García Folgado (2003: 58) explica à luz da atitude pedagógica dos padres escolápios relativamente ao ensino do Latim. Particularmente significativa é também a introdução por San Pedro da expressão *analogia* para referir-se ao que a tradição designava *etimologia*. Este critério é explicado por

¹⁹ “Este es el methodo que me e propuesto seguir imitando al de Francisco Sanchez de las Brozas en su Minerva sobre la union de las partes de la oracion Latina, por la cual mereció ser llamado Padre de las Letras, i Restaurador de las Ciencias, i en el dia es seguido universalmente con singular honor i gloria de nuestra Nacion de todos los Estrangeros, i hombres sabios de nuestro Siglo: aviendole casi copiado Vossio, i explicado Sciopio i Perizonio: como tambien el célebre Lanceloti Autor del nuevo methodo de Puerto Real” (San Pedro 1769: XI).

²⁰ Efetivamente, Francisco Sánchez discorda da tradicional divisão quatripartida: “La gramática no se divide en histórica y metódica, ni en Ortografía, Prosodia, Etimología, Sintaxis” (Sánchez de las Brozas 1995[1587], I, 2).

García Folgado (2003: 59) pela influência de Claude Lancelot, associando-o à preocupação racionalista “por mostrar la regularidad, el orden y la conformidad de las lenguas a determinadas proporciones, sobre todo flexivas, junto con el intento de explicar y reducir las irregularidades”.

Nos casos de Torre y Ocón e de Puig, a ausência de passagens sobre esta questão impede a retirada de conclusões seguras a este respeito. Poder-se-ia pressupor que a estrutura real das obras destes autores coincide com a divisão da Gramática que os mesmos reconhecerão como ideal. A fazê-lo, Torre y Ocón trataria de 4 partes (prosódia e ortografia, morfologia e sintaxe), mas Puig, apenas de uma (morfologia), quando no seu texto aponta para uma conceção binária da Gramática²¹, como põe em relevo Iglesias Bango (2011: 650, n. 16). No entanto, tal suposição reveste-se de alguma fragilidade, na medida em que a organização dos diferentes textos se encontra condicionada pelo seu público e pelas suas finalidades específicas, as quais podem implicar divergências entre o plano teórico e o plano prático. Observa-se, em conclusão, que não existe uniformidade entre os autores do *corpus* no tocante à designação e número das partes da Gramática.

4. AS CLASSES DE PALAVRAS

No tocante às classes de palavras, destaca, em primeiro lugar, o modo e proporção da combinação de critérios formais, sintáticos e semânticos na sua descrição. Como demonstrou Gómez Asencio (1981: 92-94 e 144) acerca da produção gramatical de finais do século XVIII e da primeira metade do seguinte, trata-se de um ecletismo que nem sempre ocorre no mesmo plano de descrição e análise e que apresenta desequilíbrios: reduzida presença dos critérios formais e escassos indícios dos sintático-funcionais, sendo que estes últimos, segundo o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 144), são precisamente uma das heranças da gramática filosófica francesa, em especial de Étienne Bonnot de Condillac e de Destutt de Tracy. Como conclui Gómez Asencio (1981:123-125), esta situação revela fragilidades de assimilação das teorias de inspiração francesa por parte dos gramáticos espanhóis. Mais adiante, no comentário às diferentes classes de palavras, poder-se-á verificar como esta é, de facto, a situação observada no *corpus* em estudo.

No tocante ao número de classes consideradas, conforme é visível no quadro 2, com exceção de Torre y Ocón (que preconiza um sistema de sete classes), os autores do *corpus* defendem modelos de oito ou nove classes de palavras, agrupadas, excetuado o caso de Jovellanos, em partes declináveis e indeclináveis.

²¹ “Las voces significativas, que decimos ser las Partes de la Oracion gramatical, pueden considerarse de dos maneras: esto es; ò separadas, ò entre si unidas” (Puig, 1770: 1, n.*).

Torre y Ocón (1728)	7 partes Partes declináveis: nome; pronome; verbo. Partes indeclináveis: advérbio, preposição, interjeição; conjunção.
Benito de San Pedro (1769)	9 partes Partes declináveis: artigo; nome; pronome; verbo; participio. Partes indeclináveis: advérbio; preposição; conjunção; interjeição.
Puig (1770)	8 partes Partes declináveis: nome; pronome; verbo; participio. Partes indeclináveis: preposição; advérbio; interjeição; conjunção.
Jovellanos (1794-1797)	9 partes Substantivo; adjetivo; artigo; pronome; verbo; advérbio; preposição; conjunção; interjeição.
González de Valdés (1798)	8 partes Partes declináveis: nome; pronome; participio; verbo. Partes indeclináveis: advérbio; preposição; conjunção; interjeição.

Quadro 2: as partes da oração

Tanto a distinção entre partes declináveis e indeclináveis como a opção por um sistema de oito ou nove partes têm arraigo na tradição gramatical mais normativa e mais apegada à descrição do Latim (Gómez Asencio 1981: 96-102), com inspiração em Dionísio de Trácia e Prisciano. Contudo, no que ao número de partes da oração se refere, há que precisar que esta opção não significa necessariamente alinhamento com a corrente normativa, já que podemos também observar estes traços na tradição racionalista precedente. A distinção das partes da oração em função da sua capacidade de declinação é um dos traços comuns à gramaticografia espanhola inspirada em Sánchez de las Brozas, como expõe Ramajo Caño (1987: 54-55), apontando os casos de Gonzalo Correas, Bartolomé Jiménez Patón y Juan de Luna. Quanto à divisão em nove classes de palavras, ela está presente na própria Gramática de Port-Royal (1660: 30). Outro aspeto a observar é que a coincidência no número de classes não implica necessariamente coincidência nas mesmas e essa questão é relevante para distinguir os autores em estudo no que concerne ao seu alinhamento doutrinário, sendo particularmente significativas, as divergências nos autores do corpus a respeito da consideração do participio, adjetivo e artigo. De facto, apenas Puig e González de Valdés coincidem nas classes de palavras a que reconhecem independência categorial e, mesmo assim há traços divergentes a registar. Com efeito, Puig singulariza-se relativamente a González de Valdés pela distinção entre a perspectiva de consideração das classes de palavras em abstrato e isoladamente (*partes en aptitud*) e a perspectiva da sua combinação real no contexto da oração (*partes en actualidad*). No que concerne a outro traço original da sua proposta - hierarquização entre classes

principais (o nome e o verbo) e *accessórias* (as restantes) - há que registar uma situação mais complexa. Trata-se de uma distinção realizada em função de critérios sintático-semânticos: i) a capacidade para, autonomamente, conferir sentido à oração; ii) a capacidade para figurar autonomamente sem se combinar com outras classes.

Las voces significativas, que decimos ser las Partes de la Oracion gramatical, pueden considerarse de dos maneras: esto es; ò separadas, ò entre si unidas. Separadas son solamente partes en aptitud: unidas lo son con actualidad. Y aunque sean ocho, no todas concurren siempre, è igualmente à formar la Oracion, sino algunas, y de estas, unas como principales, y otras como accesorias. Las principales son el *Nombre*, y el *Verbo* sin las quales no puede proferirse enunciacion en materia alguna, que tenga perfecto sentido; y al contrario, con ellas solas puede formarse qualquiera enunciacion perfecta: v. g. *Dios gobierna todas las cosas*. Las demás son menos principales, y no siempre precisas. Concurren no obstante ò deben concurrir siempre que conviene expresar alguna circunstancia, de la cosa de que se trata; ò siempre que conviene mejor explicarla, determinarla, exornarla, segun la naturaleza, virtud, y oficio de cada Parte (Puig 1770: 1-2).

De acordo com García Folgado (2005: 369-370) é esta particular orientação que o singulariza entre os que o precederam neste tipo de hierarquização e que a autora procura identificar.

En el caso de Puig, es probable que esta distinción se deba a una reelaboración de la herencia clásica, apoyada en el manejo de los racionalistas hispánicos, como el Brocense o Correas, aunque es interesante señalar también un cierto acercamiento a los postulados de Buffier (García Folgado 2005: 370).

Simultaneamente, relativamente aos autores em estudo, o foco no critério semântico (“que tenga perfecto sentido”) para distinguir entre partes principais e partes secundárias aproxima Puig de González de Valdés, que, como observa a mesma autora (García Folgado 2005: 370, n.7), oferece uma distinção similar²²:

La esencia de las palabras consiste en ser significativas para ser partes de la oracion. Las que por sí solas nada significan como *titivilitium*, segun Festo; ó significan como partes de otras palabras, v. g. *cine* en *hiccine*; no son partes principales de la oracion si no subalternas, como lo son tambien los sonidos simples, las sílabas de las palabras, los artículos, y preposiciones, que nada significan por sí solos (González de Valdés 1798: 7).

No entanto, separa-os o facto de que em González de Valdés tal critério não adquire, como em Puig, contornos sintáticos. De algum modo, mais

²² Gómez Asencio (1981:99) identificou contradições na forma como González de Valdés desenvolveu este raciocínio, nomeadamente no que se refere à preposição. Segundo o investigador, se bem que a inclua entre as partes principais da oração – conforme, aliás, é exposto no quadro 2-, por outro lado descreve-a como uma parte subalterna.

semelhante à de Puig é a distribuição a que se assiste em Jovellanos entre *palabras necesarias* e *palabras determinantes*.

[...] Para expresar un juicio se necesitan tres palabras. Así, cuando decimos *el hombre es mortal, hombre y mortal* representan dos ideas, y *es* representa aquella percepción del alma que halla una relación entre ellas. El juicio expresado con palabras se llama *proposición* (Jovellanos 1794-1797: 104).

Hay otra especie de palabras cuyo oficio es determinar aquellas de que hemos hablado, y por esto se llaman palabras determinantes (Jovellanos 1794-1797: 105).

Nesta proposta, as *palabras necesarias* correspondem a substantivo, adjetivo e verbo e são respetivamente apresentadas como indicadores de *ser*, *qualidad* e *estado*. Se bem que esta apresentação remete para um critério semântico, a sua consideração do ponto de vista da sua imprescindibilidade na proposição transpõe a abordagem para um plano intraproposicional. Já para o estabelecimento das *palabras determinantes* - composto por artigo, adjetivos possessivos, demonstrativos e conjuntivos, advérbio, preposição, conjunção e interjeição -, o autor conjuga critérios sintáticos e semânticos, como sistematiza Gómez Asencio (1981: 106)²³.

Por sua vez, as propostas de oito classes de Puig e González de Valdés diferem das de nove de San Pedro e de Jovellanos pela admissão, por parte destes últimos, do artigo como categoria independente do nome - aspeto em que se demarcam também de Torre y Ocón. Por outro lado, Puig e González de Valdés coincidem com San Pedro no tocante à consideração do participípio como categoria autónoma, enquanto que em Torre y Ocón e em Jovellanos este é tratado juntamente com o verbo. Na gramática de Arnauld & Lancelot, se bem que o participípio é considerado uma categoria autónoma, tratam-no juntamente com o verbo, observando a sua equivalência funcional, e descrevem-no como sendo um nome²⁴. De certa forma, é também o que acontece em San Pedro, Puig e González de Valdés, onde o participípio concilia traços nominais e verbais. Apesar desta questão, nas classes consideradas autonomamente, a proposta de San Pedro coincide com a da Gramática de Port-Royal (1660: 30), sendo a sua *Arte del romance castellano* a primeira

²³ Observe-se que o pronome (restringido ao pronome pessoal) fica de fora desta distribuição. Sobre esta situação e sobre a consideração dos adjetivos tanto entre as palavras determinantes como entre as necessárias, cf. Gómez Asencio (1981: 106).

²⁴ “Les Participes sont de vrais noms adjectifs, & ainsi ne seroit pas le lieu d’en parler icy, si ce n’etoit à cause de la liaison qu’ils ont avec les verbes.

Cette liaison consiste, comme nous avons dit, en ce qu’ils signifient la mesme chose que le Verbe, hors l’ affirmation, qui en est ostée, & la designation des trois differentes personnes, qui suit l’ affirmation. C’est pourquoy en l’y remettant on fait la mesme chose par le participe que par le verbe” (Arnauld & Lancelot 1660: 121).

gramática espanhola a defender este sistema específico de nove classes, como refere Gómez Asencio (1981: 97), não obstante os sistemas de nove classes serem os mais frequentes na gramaticografia espanhola precedente (Ramajo Caño 1987: 55). San Pedro singulariza-se ainda relativamente a todos os autores do *corpus*, pela distinção entre substantivo e adjetivo como categorias independentes, aspeto em que também se demarca dos gramáticos de Port Royal - mas não da tradição francesa coeva²⁵ - e no qual é pioneiro na gramaticografia espanhola, como faz notar Gómez Asencio (1981: 98).

De acordo com o anteriormente exposto, a proposta de Benito de San Pedro reproduz a de Port-Royal no número de classes e nas classes em si. Contudo, como já foi referido, tais aspetos também são partilhados por gramáticas não-racionalistas como a *GRAE*, nas suas edições setecentistas (1771 e 1796). Lliteras Poncel (1992: 14-15) considera que o principal contributo de San Pedro para a difusão do racionalismo francês em Espanha terá sido a sua rutura com uma descrição meramente formal e semântica que opõe umas classes a outras – que é o que faz ao passar a considerar também o nível de análise lógica da proposição. É, contudo, com Jovellanos que as ideias racionalistas francesas têm uma projeção mais profunda, situando-o Gómez Asencio (1981: 104), entre outros fatores, pelo seu contributo para a abordagem das classes de palavras a partir de uma perspetiva intraproposicional, na linha da corrente sensualista inaugurada em França por Condillac.

Atentar-se-á agora no modo como as diferentes classes de palavras são apresentadas pelos diferentes autores, concentrando a atenção nos aspetos postos em evidência nas definições recolhidas.

4.1. Substantivos e Adjetivos

Torre y Ocón (1728: 220)	“Les noms substantifs sont des noms qui signifient quelque substance, quelque être, quelque chose que ce soit, & ils subsistent par eux mêmes, sans le socors d’aucun autre nom comme <i>Aguila</i> , <i>Aigle</i> ; <i>León</i> , Lyon; <i>Serpiente</i> , Serpent; <i>manzana</i> , pomme; <i>rosa</i> , rose; <i>leche</i> , lait, &c. Les noms adjectifs sont ceux, qui signifient pour une chose; mais qui marquent seulement la qualité de la chose comme <i>bueno</i> , <i>buena</i> , bon, bone; <i>malo</i> , <i>mala</i> , mauvais, mauvaise; <i>amargo</i> , <i>amarga</i> , amer, amere; <i>hermoso</i> , <i>hermosa</i> , beau, belle; <i>fuerte</i> , fort, forte; <i>capaz</i> , capable; <i>facil</i> , facile, & ils ne peuvent jamais être employez, sans être joints à un nom substantif”.
-----------------------------	---

²⁵ Entre os precedentes franceses, Gómez Asencio (1981: 98) aponta Gabriel Girard, autor de *Vrais Principes de la langue françoise* (Paris 1747), como introdutor desta distinção na gramaticografia europeia.

Benito de San Pedro (1769: tomo I, 134)	“Es en dos maneras <i>substantivo</i> i <i>adjetivo</i> . Substantivo es el que significa la cosa absolutamente i que subsiste por si mismo en la oracion, como <i>Sol, Cielo, Planeta</i> . Adjetivo es el que califica la cosa, o señala la calidad i manera de la cosa, como <i>blanca, fria noble, amable</i> ”.
Puig (1770: 3)	“NOMBRE SUBSTANTIVO es aquel, que expresa <i>lo que es en sí</i> , la persona o cosa: v. g. <i>Dios. Hombre. Arbol. Piedra</i> . NOMBRE ADGETIVO es: aquel, que expresa <i>qual es</i> , ò que qualidad tiene la persona ó cosa: v.g. <i>Bueno. Malo, Amargo. Dulce</i> ”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e 106)	<p>“Se dio a esta palabra el nombre de adjetivo, porque debe juntarse á un sustantivo para significar algo, siendo propio de ella indicar la calidad como perteneciente á un objeto. Pero si consideramos la calidad abstracta, esto es, separada de un objeto, entonces la palabra que la indica se convierte en substantivo. Así, de la palabra <i>blanco</i> se formó <i>blancura</i>, como de virtuoso virtud [...]”</p> <p>“[...] Llama desde luego nuestra atención una especie de palabras, que sin duda alguna fueron las primeras sugeridas al entendimiento humano, á las que todas las demás se refieren, y sin las cuales no puede subsistir ninguna en la oracion. Tales son los substantivos que sirven para nombrar las cosas ó personas, y para distinguir las, sin señalar cantidad, calidad, acción ó relación”.</p>
González de Valdés (1798: 8)	“Los nombres son de 2 maneras, substantivos ó adjetivos. <i>SUBSTANTIVOS</i> son los que sirven de fundamento á los adj. y á los verbos, significando alguna substancia ó propiedad en abstracto, separada mentalmente de la substancia v.g. el subst. <i>Sol</i> , quando sirve de fundamento al adj. <i>magnus</i> , en <i>Sol magnus, sol grande</i> [...]. <i>NOMBRES ADJETIVOS</i> , adjuntos, ó concretos, son los vocablos, que sirven para nombrar alguna propiedad, ó circunstancia determinada de los subst. y se juntan y sujetan á ellos en género, número y caso, con la misma ó distinta terminacion v.g. <i>magnus</i> , quando se aplica á <i>Sol</i> significa la magnitud ó grandeza unida con el <i>Sol</i> [...]”.

Quadro 3: o nome - substantivos e adjetivos

Como esclarece Gómez Asencio (1981: 98 e 137), a consideração do substantivo e adjetivo como categorias independentes é introduzida na gramaticografia espanhola por Jovellanos a partir da obra de Condillac, sendo que Ridruejo Alonso (2011: 243) equaciona igualmente a possibilidade de que tal presuposto possa estar também inspirado na *Encyclopaedia Britannica* de William Smellie (1740-1795). Segundo o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 137), tal proposta - juntamente com a análise extraproposicional e semântica, por meio da qual se precisa o conteúdo e modo de significação do substantivo - constitui um traço de modernidade da proposta de Jovellanos. Inversamente, a opção contrária, consubstanciada na divisão do nome em *nome substantivo* e *nome adjetivo* - comum aos restantes autores de que aqui

se trata, é apresentada por Gómez Asencio (1981: 131) como uma resistência em abandonar a tradição gramatical normativo-descritiva. Não obstante, o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 134-135) reconhece na postura de González de Valdés uma atitude crítica, para a qual aponta raízes na gramática especulativa medieval, pelo facto de sustentar a diferenciação entre os dois tipos de nomes a partir do conteúdo e modo de significação e não na mera identificação com o conceito de substância ou qualidade. Tal é, com efeito, um aspeto que separa a sua definição das de Torre y Ocón, San Pedro e Puig.

Recuperando o que já aqui se disse sobre a hierarquização das classes de palavras, destaca-se que, em Puig, González de Valdés e Jovellanos, o substantivo figura como classe principal ou entre as principais junto com o verbo - o que aliás acontece em toda a tradição gramatical espanhola que deriva de Aristóteles, como refere Gómez Asencio (1981: 214). Segundo este autor (Gómez Asencio 1981: 140), Jovellanos distingue-se por considerar o valor do substantivo como superior ao do verbo, no que identifica uma proximidade quase literal com Condillac pela argumentação utilizada em função de fatores históricos e sintáticos, como é, aliás, visível no quadro anterior.

Relativamente às subespécies dos substantivos, a generalidade dos autores em estudo, segue a tradição precedente (Ramajo Caño 1987: 79-81) distinguindo entre *própios* e *comuns* (ou *apelativos*)²⁶, mas destacam-se alguns casos. Um caso a salientar é o de Jovellanos que aos substantivos *comuns* e *própios* acresce os *abstratos* (1794-1797: 106). Outro caso em destaque é o de San Pedro (1769: tomo I, 135-154) que estabelece uma tipologia mais complexa, onde, a par com a anterior distinção, na linha da tradição gramatical anterior (Ramajo Caño 1987: 86-94), estabelece outra entre *primitivos* e *derivados*²⁷. Algo semelhante acontece também em González de Valdés, mas, neste caso, como assinala Gómez Asencio (1985: 15), a oposição é implícita, já que não incide apenas sobre os derivados, dentro dos quais estabelece – aliás, como Puig (1770:6) - subespécies em função da categoria gramatical de que derivam (*denominativos, pronominales, participiales, verbales, adverbiales, preposicionales, conjuncionales* e *interjeccionales*)²⁸.

Quanto às subespécies dos adjetivos, San Pedro (1769: tomo I, 135-154) destaca apenas a classe dos numerais. Torre y Ocón (1728: 222) coincide em identificá-las com os graus dos mesmos (*positivos* - ou *absolutos*-, *comparativos*

²⁶ A designação *apelativos* é utilizada por Torre y Ocón e por Puig em lugar de *comuns* e como sinónima da mesma por San Pedro. Em Torre y Ocón, a identificação destas subespécies como sendo próprias dos nomes substantivos e não dos adjetivos tem lugar implicitamente, quando, depois da declinação de *própios* e *apelativos*, se afirma o seguinte: “de la même manière se déclinent les noms adjectifs, quand ils ont un article [...]” (Torre y Ocón 1798: 221).

²⁷ Não obstante, ao tratar dos adjetivos, González de Valdés (1798: 114) refere a existência de *primitivos* e *derivantes*, por oposição aos *derivados*.

²⁸ Tal subdivisão é partilhada tanto por nomes substantivos, como adjetivos.

e *superlativos*), mas Puig (1770: 39) desenvolve ainda outra classificação em função do modo de significação (*posesivos, denominativos, correlativos e numerales*). Em González de Valdés (1769: 111), os comparativos e superlativos fazem parte dos adjetivos aumentativos, o que, por sua vez, corresponde a uma das categorias em que o gramático divide os nomes adjetivos denominativos, utilizando critérios semânticos (*gentílicos o nacionales, posesivos, de materia, de tiempo, numerales, aumentativos e diminitivos*). Jovellanos (1794-1797: 107), por sua vez, distingue entre os adjetivos *que determinan* e os *que califican*.

4.2. O artigo

No tocante ao artigo, é importante não só esclarecer o significado doutrinal da aceitação ou rejeição da sua autonomia categorial, mas também dar conta de que, independentemente da sua opção nessa matéria, os autores em estudo não revelam unanimidade na sua conceção do artigo.

Torre y Ocón (1728: 215)	“Les Espagnols ont deux sortes d’articles ainsi que les François, l’un qu’on appelle défini, qui sert à décliner toute sorte de noms, à la reserve des noms propres, les quels ordinairement ne le prenent pas. L’autre indéfini, le quel entre non seulement dans la déclinaison de tous les noms sans exception, mais qui sert encore à décliner l’article défini luy même, comme il se verra bien tôt”.
Benito de San Pedro (1769: tomo I, 126)	“El Artículo es una parte de la oracion que se pone antes del nombre i de otras partes para darles ser, i excelencia. En los nombres distingue el género, el número y el caso”.
Puig (1770: 30)	“Para la declinacion de los Nombres, á mas de las <i>Particulas</i> denotativas de los Casos, se necesitan <i>Articulos</i> designativos de los Generos. [...] De Artículos hay dos especies: Unos que se llaman <i>Definidos</i> v.g. <i>El</i> , masc. <i>La</i> , fem. <i>Lo</i> , neutro. Otros que se llaman <i>Indefinidos</i> : v.g. <i>Un</i> , masc. <i>Una</i> , fem”.
Jovellanos (1794-1797: 105)	“Hay otra especie de palabras cuyo oficio es determinar aquellas de que hemos hablado, y por esto se llaman palabras determinantes. Cuando decimos <i>dame los libros</i> , la palabra <i>los</i> denota que son ciertos y determinados los libros que se piden; pero cuando se dice <i>dame libros</i> , no se señala ni determina cuáles son; y así no se usa de aquella palabra que suele llamarse artículo”.
González de Valdés (1798: 6-7)	“Los artículos determinantes, <i>el, los</i> , masculinos; <i>la, las</i> , femeninos; <i>lo</i> , neutro; y los no determinantes <i>un, uno, unos</i> , masculinos; <i>una, unas</i> , femeninos, son una especie de adjetivos muy frecuentes, que usamos antepuestos siempre á los nombres, pronombres, y participios, solo para determinar, ó no determinar los animales, y cosas, y distinguir el género, y número de ellos, por lo cual se pueden llamar con propiedad <i>señalagéneros</i> v. g. <i>el viento, los vientos; el cual, los cuales; lo bueno, lo dicho, un hombre, unos hombres; una mujer, unas mujeres</i> ; si <i>uno</i> es pobre, no es estimado”.

Quadro 4: o artigo - definição e classificação

Tanto Torre y Ocón como González de Valdés consideram o artigo como subclasse nominal, mas diferem no estatuto que lhe atribuem. González de Valdés considera-o como uma das espécies dos nomes adjetivos. Já em Torre y Ocón, o artigo surge, em termos de organização do texto, a par com os nomes adjetivos e os nomes substantivos, e não na sua dependência. Não acontece o mesmo em Puig, que reforça o tópico historiográfico da ambiguidade entre artigo e pronome, integrando aquele entre os pronomes, apesar de descrever os artigos no capítulo referente aos nomes, pelo papel auxiliar que desempenham em relação à declinação dos mesmos. Observe-se também que, embora González de Valdés considere os artigos como nomes adjetivos, ele reconhece a sua ambivalência formal como pronomes ou artigos. A consideração do artigo como uma categoria autónoma arranca com os estoicos e consolida-se com os gramáticos alexandrinos, sendo esta conceção a que impera na tradição gramatical espanhola desde Antonio de Nebrija (Sarmiento 1996: 211-213; Martínez Gavilán 2007: 2934-2936). A sua consideração como subclasse nominal, como explica Martínez Gavilán (2007: 2936), remonta a Cristóbal de Villalón e tem continuidade, no século XVII, em autores conotados com o pensamento racionalista de Sánchez de las Brozas, como Jiménez Patón o Correas. Já os textos setecentistas de inspiração racionalista não revelam unanimidade nesta questão. Se, por um lado, os gramáticos de Port-Royal conferem autonomia ao artigo, como fazem San Pedro e Jovellanos, os enciclopedistas, como Du Marsais, negam-na considerando-os uma espécie dos adjetivos²⁹.

Se bem que coincidam no reconhecimento da independência do artigo, Jovellanos e San Pedro diferem do ponto de vista dos critérios presentes na sua definição. Como refere Gómez Asencio (1981: 155), quer entre a tradição normativa, quer entre os gramáticos que dela se desviam, predomina uma descrição do artigo assente em critérios sintático-funcionais e sintático-colocacionais. Em Torre y Ocón, Puig e Jovellanos estão presentes os primeiros. San Pedro e González de Valdés combinam ambos os critérios. A associação a estes critérios do critério semântico de determinação/indeterminação, observável em Jovellanos e González de Valdés, aproxima mais estes autores da descrição de tipo lógico-semântico que caracteriza a gramática racionalista - a qual, segundo Gómez Asencio (1981: 155), só aparecerá no século XIX, com José Gómez Hermosilla.

Relativamente à classificação, com exceção de Jovellanos, todos os autores do *corpus*, admitem a variação definido/indefinido (expressa como *determinante /no determinante*, no caso de González de Valdés) estabelecida

²⁹ “A l’égard de le, la, les, je n’en fais pas une classe particulière de mots sous le nom d’article je les place avec les adjectifs prépositifs” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo I sv «ARTICLE»).

pelos gramáticos de Port-Royal. Observe-se que, em San Pedro, como advertem Lliteras Poncel (1992: 513-514) e Martínez Alcalde (1998: 391-392) a formulação dessa destriça é ainda incipiente e revela mais a influência de Correas que de Port-Royal. De facto, o registo da mesma em San Pedro resume-se à equivalência funcional do artigo *el* e do adjetivo numeral *un*³⁰. Na medida em que não procede a esta distinção³¹, Jovellanos, como já foi referido por Gómez Asencio (1981: 158, n. 165), coincide com a generalidade da tradição gramatical espanhola, mas também com os enciclopedistas franceses³².

4.3. O pronome

Sobre o tratamento do pronome nos textos em estudo, nota-se que há consenso no tocante à consideração daquele como categoria autónoma, como é observável no quadro 2, anteriormente apresentado. Há também relativa uniformidade em relação aos valores assumidos por esta categoria, já que todos os autores assentam as suas definições no seu valor substitutivo do pronome, com uma única referência, no texto de San Pedro, à componente estilística, a qual, como refere García Folgado (2005: 295), está presente na *GGR* e em Pierre Restaut.

Torre y Ocón (1728: 241)	“Les pronoms sont les parties de l’oraison, qui se mettent à la place d’un nom, & ils ont des genres, des nombres, & des cas, comme les noms”.
Benito de San Pedro (1769: tomo I, 154)	“SE introdujo el Pronombre en las lenguas para evitar la repeticion del nombre, en cuyo lugar se pone”.
Puig (1770: 51)	“ <i>PRONOMBRE</i> es: una Parte de la Oracion, que se pone en lugar del <i>Nombre</i> ; y como hace de este el oficio, tiene tambien su forma, y figura, y demás afecciones”.
Jovellanos (1794-1797: 108)	“El pronombre se pone en lugar de un nombre; <i>yo</i> en lugar de la persona que habla, <i>tú</i> en lugar de aquella á quien se habla, <i>él, ella</i> en lugar del sujeto ó de la cosa de que se habla”.
González de Valdés (1798: 9)	“Llámanse <i>PRONOMBRES</i> aquellos vocablos declinables, ó indeclinables que se distinguen de los demas en substituirse esencial y accidentalmente con los verbos, significando el mismo animal, ó cosa, y con el mismo género, número, y caso, en que se usan repetidos algunas veces con ellos los nombres á que se refieren, v. g. en <i>amittunt homines proprium, qui alienum ádpetunt</i> , pierden lo propio los hombres, que apetenen lo ageno”.

Quadro 5 : o pronome - definição

³⁰ “En los dos siguientes se ve como *un* determina del mismo modo que *el*” (San Pedro 1769: 133).

³¹ “Los articulos son tres: *el* para el masculino, *la* para el femenino y *lo* para el neutro” (Jovellanos 1794-1798: 106).

³² “La Grammaire générale de P. R. pag. 53. dit que *un* est *article* indéfini. Ce mot ne me paroît pas plus *article* indéfini que *tout*, *article* universel ou *ce, cette, ces, articles* définis” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo I sv «ARTICLE »).

Se bem que os gramáticos de Port Royal coincidem com o panorama geral aqui descrito, na tradição racionalista precedente inspirada em Sánchez de las Brozas é negado ao pronome o estatuto de categoria autónoma, frequentemente em associação com a negação do seu carácter substitutivo, como expõe Escavy (2002: 25). Segundo dados recolhidos no mesmo autor (Escavy 2002: 28), esta proposta tem escassa representação entre a produção gramaticográfica espanhola setecentista, e os autores do *corpus* não constituem uma exceção à mesma. É, contudo, de destacar a posição singular de Jovellanos, que, como é observável nos quadros 5 e 6, revela maior proximidade às propostas de gramáticos franceses como Condillac (Gómez Asensio 1981: 174, n. 204), que restringem aos pessoais a condição de pronome.

Torre y Ocón (1728)	Pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e conjuntivos.
Benito de San Pedro (1769)	Pessoais, conjuntivos, possessivos, demonstrativos, relativos, absolutos, indefinidos.
Puig (1770)	i) Substantivos e adjetivos; ii) Primitivos e derivativos; iii) Simples e compostos; iv) Pessoais, demonstrativos, possessivos, relativos, interrogativos e recíprocos.
Jovellanos (1794-1797)	Pessoais.
González de Valdés (1798)	Pessoais, demonstrativos e relativos.

Quadro 6: o pronome - classificação

O quadro anterior permite concluir que todas as propostas de tipologia pronominal apresentam diferenças. Inclusivamente as de Torre y Ocón e San Pedro, não obstante uma maior semelhança, diferem pela distinção, em San Pedro, entre relativos e absolutos ou interrogativos. Puig também se singulariza entre os restantes autores por uma proposta que, na linha de Nebrija, combina, como expõe García Folgado (2005: 381-383), três critérios diferentes: origem, forma e significação. Finalmente, González de Valdés, apresenta a proposta, depois da de Jovellanos, com menos categorias. San Pedro considera a interrogação como um traço transversal a todos os pronomes - ideia que podia já ser encontrada nos gramáticos de Port-Royal,

como faz ver García Folgado (2005: 596) - e considera ainda os indefinidos como uma variante dos relativos³³ e os possessivos dentro da designação *personales*³⁴ - uma designação para a qual García Folgado (2005: 296) chama a atenção pelo seu caráter inovador na tradição espanhola e pelo que revela de proximidade à proposta tipológica de Restaut.

4.4. O participípio

A consideração do participípio como classe autónoma remonta a Dionísio de Trácia, como observa Gómez Asencio (1981: 313) e, conciliando as marcas nominais com as verbais, é a que predomina em toda a gramaticografia espanhola até à edição da *GRAE* de 1771. Como se ilustra no quadro 7, é nessa linha que se situam San Pedro, Puig e González de Valdés, que, embora o apresentem como categoria independente, acabam por o classificar como um nome adjetivo que participa tanto das categorias do nome como do verbo. A mesma ambiguidade categorial é observável nos autores que não lhe reconhecem caráter independente, como acontece em Torre y Ocón e em Jovellanos, que lhe atribuem natureza verbal, mas reconhecem que participa igualmente de características nominais (Torre y Ocón) ou adjetivais (Jovellanos). Já o não reconhecimento do participípio como categoria autónoma enquadra estes dois gramáticos na linha quer do racionalismo francês quer da gramática racionalista espanhola que, desde Sánchez de las Brozas, questiona essa autonomia, como demonstra Gómez Asencio (1981: 313).

Torre y Ocón (1728: 315)	“Ils s’ apellent participes, parece qu’ ils participant du Nom, & du Verbe. Ils participant du Nom en ce qu’ ils se varient quelque fois par Nombres, & Cas, comme le Nom; & ils participant du Verbe en ce, qu’ ils ont la signification, & construction du verbe dont ils sont Participes”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 76)	“Participio es una dición verbal o que sale de verbo, que guarda la señal de tiempo con significacion i regimen de verbo, que se declina por generos, numeros, i casos. I por participar del verbo, i del Nombre se llama Participio”.
Puig (1770: 131)	“Participio es una Voz significativa de accion ò de pasion con tiempo; pero declinable por generos, numeros, y casos”.
Jovellanos (1794-1797: 105)	“Los participios se llaman así porque participan del verbo y del adjetivo [...]”.

³³ “Todos los pronombres pueden ser *interrogativos*, ó servir para preguntar, como *quis est?* quien es? *quid est?* qué es? los cuales dos tambien se usan indefinidos, ó sin determinar persona, ó cosa, preguntando, ó sin preguntar, v. g. *quis sit*, ó *quid sit*, *nescio*; quien es, ó que es, no lo sé” (González de Valdés 1798: 9).

³⁴ “*Personales* son los que significan propiam. personas, é impropiam. las cosas, y son *ego*, *nos*, *tu*, *uos*, *sui*” (González de Valdés 1798: 9).

González de Valdés (1798: 9)	“ <i>PARTICIPIOS</i> son los vocablos adj. verbales, y algunos no verbales, declinables, antiguamente indeclinables, que significan sin afirmacion el modo, y tiempo determinados por los verbos de que dependen [...]. Los partic. se dividen como los verbos, y se llamaron <i>participios</i> por el modo, tiempo, y afirmación, que participan de los verbos, y por el género, número, caso, y declinacion de nombres”.
------------------------------	---

Quadro 7: o participio

4.5. O verbo

No que respeita à teoria verbal, a tradição gramatical hispânica, como esclarece Ramaja Caño (1987: 139), divide-se entre os gramáticos que propõe definições orientadas fundamentalmente por critérios semânticos e os que as constroem combinando esses critérios com os morfológicos, sendo que dentro deste segundo grupo estariam gramáticos que, em maior ou menor medida, alimentaram a corrente racionalista em Espanha. Na época de que aqui se trata, como já fez notar Gómez Asencio (1981: 197), essa divisão evoluiu para uma situação em que se opõem definições com o foco no critério semântico (*existencia, pasión, acción, estado*) - característico da gramática descritivo-normativa - e definições com o foco na teoria do verbo único (o verbo *ser*) sustentada pela gramática filosófica francesa a partir da *GGR*. Tal teoria, não rejeita o critério semântico, mas enquadra-o no contexto da oração, advogando que a natureza do verbo reside na expressão da relação de *afirmação* que se estabelece entre sujeito e atributo³⁵. O quadro 8 permite situar teoricamente os autores do *corpus*, com exceção de Torre y Ocón, que não oferece propriamente uma definição de verbo.

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 104)	“El Verbo, hablando en propiedad es una palabra cuyo principal uso es el de significar la afirmacion, pues hablamos para afirmar u assegurar que una idea conviene o no conviene a otra. Aquello de quien se afirma alguna cosa se llama <i>sugeto</i> , i lo que se afirma del fugeto se llama <i>atributo</i> ”.
Puig (1770: 66)	“VErbo es: una voz significativa de accion, ò de pasion, denotando persona, numero, modo y tiempo en que se hace ò padece.”
Jovellanos (1794-1797: 154)	“El verbo, segun hemos dicho, juzga de la relacion de semejanza ó de diferencia que existe entre el sugeto y el atributo; de donde se podria inferir que no hay mas que un verbo en el lenguaje.”
González de Valdés (1798: 9)	“Se llaman <i>VERBOS</i> los vocablos mas declinables, y mas excelentes que se distinguen de todos los demas vocablos en significar por sí solos la afirmacion, ó juicio que hacemos de las cosas señalando con su terminac. la persona, el número, y el tiempo pres. pasado, ó venidero.”

Quadro 8: o verbo - definição

³⁵ “Et c’est proprement ce que c’est le verbe, *un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation [...]*” (Arnauld & Lancelot 1660: 90). O desenvolvimento desta ideia no quadro da relação sujeito/atributo e da teoria do verbo único é levado a cabo nas páginas 89-91 da gramática de Arnauld & Lancelot.

Em alinhamento com a definição tradicional está a que apresenta Puig. Como esclarece Gómez Asencio (1981: 189), as de Benito de San Pedro e de González de Valdés denunciam uma aproximação à proposta por Port-Royal³⁶. Em San Pedro, é já visível a deslocação do foco nos traços formais e semânticos para os semântico-oracionais na esteira da *GGR* (Lliteras Poncel 1992: 514) e de Restaut (García Folgado 2005: 303). Contudo, como adiante se desenvolverá, é Jovellanos quem, entre os autores do *corpus*, assume ainda mais visivelmente que San Pedro ou González de Valdés uma definição verbal de base intraproposicional e leva mais longe a teoria do verbo único, na linha da gramática filosófica e sobretudo por influência de Condillac (Gómez Asencio 1981: 205). Não obstante, na associação ao verbo do valor *estado*³⁷, o mesmo investigador (Gómez Asencio 1981: 205-206) considera que Jovellanos se aproxima das definições encontradas nas gramáticas de cunho normativo. Já García Folgado (2005: 604-605) interpreta as referências ao verbo *estar* e à noção de *estado* como uma reformulação das ideias de Condillac.

Relativamente à importância atribuída ao verbo entre as diferentes classes de palavras, há a registar diferentes situações entre os autores do *corpus*. Como já aqui se disse a respeito do substantivo, Puig (1770: 2) considera que este e o verbo são as duas principais categorias gramaticais, não fazendo distinção de importância entre elas. Já González de Valdés apresenta uma postura complexa em que, como também se viu antes, parece hierarquizá-las dando a primazia ao nome, mas, apresentando os verbos como “vocablos mas declinables, y mas excelentes” (González de Valdés 1798: 9), o gramático atribui-lhes o que Gómez Asencio (1981: 215) descreve como *superioridade morfológica*. Tal parece significativo, por se dar num momento em que, como descreve Gómez Asencio (1981: 214) citando E. Stankiewicz (1974)³⁸, se produz uma mudança na teoria linguística: a tendência para sobrevalorizar o nome dá lugar a uma tendência de valorização preferencial do verbo.

Entre os traços reveladores do enquadramento doutrinal destes autores estão ainda as opções no âmbito da tipologia verbal. O quadro 9 permite uma visão de conjunto desta questão, contemplando as categorias consideradas

³⁶Na linha de Lázaro Carreter (1985[1949]: 200-201), Gómez Asencio (1981: 190) aponta semelhanças quase literais entre o texto de González de Valdés e o da *Grammaire Générale*, mas defende que a fonte mais provável do autor espanhol será precisamente San Pedro.

³⁷“La palabra *es*, que se halla en la proposicion de arriba, representa, como hemos dicho, una percepcion del alma, cuya percepcion se reduce á juzgar que la calidad está en el objeto; luego esta palabra puede llamarse indicante de estado, bien que otros la llaman verbo. Sucede algunas veces que el verbo y la calidad se incluyen en una sola palabra. Así, *Pedro piensa*, es lo mismo que decir *Pedro está pensando*” (Jovellanos 1794-1797: 105).

³⁸Infelizmente, não foi possível aceder diretamente à obra de Stankiewicz, no período de redação deste trabalho.

por estes autores desde a perspetiva de uma gramática geral³⁹, para se poder, depois, precisar eventuais diferenças relativamente à sua perspetiva particular sobre as tipologias a considerar para o Castelhana:

Torre y Ocón (1728: 259)	1. Ativos; 2. Passivos; 3. Neutros; 4. Defetivos ou impessoais; 5. Recíprocos ou neutros passivos.
San Pedro (1769: Tomo II, 69)	1. Substantivo: <i>ser</i> ; 2. Adjetivos: todos os outros; 2.1. Ativos; 2.2. Neutros; 2.3. Passivos; 2.4. Recíprocos; 2.5. Impessoais.
Puig (1770: 68-69)	1. Ativos; 2. Passivos; 3. Neutros; 4. Pessoais; 5. Impessoais; 6. Regulares; 7. Irregulares.
Jovellanos (1794-1797: 155)	Verbo substantivo: <i>ser</i> (ou <i>estar</i>); Verbos adjetivos: todos os outros.
González de Valdés (1798: 9-10)	1 – Substantivo; 2 - Adjetivo; 2.1. Ativo; 2.1.1 Ativo transitivo; 2.1.2. Ativo absoluto intransitivo; 2.2. Passivos; 2.2.1. Impersonales; 2.3. Neutro; 2.4. Pronominal.

Quadro 9: o verbo - classificação

As propostas aqui sistematizadas revelam proximidade entre si, pese embora algumas variações, quer nas distinções admitidas, quer na metalinguagem utiliza-

³⁹ Observe-se que as propostas que se procurou sistematizar no quadro 9 convivem em todos os autores com as classificações *auxiliares/regulares/irregulares*, apesar de não estarem integradas nas referidas propostas - a única exceção é Puig. No caso deste autor, a sua proposta aqui ilustrada e extraída do capítulo “*Varias especies de verbos*”, convive ainda com outra que não será ignorada durante o tratamento das diferentes subespécies verbais. Tal classificação figura em nota de rodapé a propósito do tratamento dos acidentes verbais e está estruturada de acordo com esse mesmo critério:

conviene observar en los Verbos su *Qualidad*, su *Genero*, su *Especie*, su *Figura*, su *Modo de significar*; su *Modo de conjugarse*.

Su *Qualidad* los constituye *Personales*, ò *Impersonales*.

Su *Genero*: *Activos*, *Passivos*, *Neutros*, ò *Reciprocicos*.

Su *Especie*: *Primitivos*, ò *Derivativos*.

Su *Figura*: *Simples*, ò *Compuestos*.

Su *Modo de significar*: *Transitivos*, ò *Intransitivos*.

Su *Modo de conjugarse*: *Regulares*, ò *Irregulares*” (Puig 1770: 94).

Também em San Pedro se oferece, no capítulo sobre a sintaxe de regência uma subdivisão dos verbos adjetivos que não coincide exatamente com a que aparece no quadro 9: “se notan vulgarmente cinco diferencias de verbos adjetivos, esto es, Activo, Neutro, Pasivo, Reflexivo, i Reciproco” (San Pedro 1769: 106).

Em Jovellanos (1794-1797: 109-111), há a registar, em paralelo, a referência às suclasses dos verbos *auxiliares, regulares, irregulares e impessoais*.

da e na compreensão da mesma. São, contudo, essas diferenças cujo significado teórico importa aferir, como se procurará fazer seguidamente.

Entre os traços que revelam afinidade com as ideias racionalistas está a diferenciação entre verbo substantivo e verbo adjetivo, a qual, como se pode ler em Gómez Asencio (1985: 115), remonta a Prisciano e alcança particular desenvolvimento entre os gramáticos de Port-Royal. Observe-se que, segundo Gómez Asencio (1985: 117), se bem que esta distinção é pouco frequente na tradição gramatical espanhola anterior ao século XVIII e menos ainda na de cunho descritivo-normativo⁴⁰, a partir do seu último quartel, ela torna-se uma questão de interesse generalizado. Com efeito, com exceção de Torre y Ocón, trata-se de uma distinção partilhada por todos os autores aqui em estudo, mesmo que não lhe deem visibilidade na sua proposta de classificação, como é o caso de Puig.

<p>San Pedro (1769: Tomo II, 4 e 105-106)</p>	<p>“De esta doctrina se infiere que ai en general dos suertes de Verbos : Substantivo, i Adjetivo. El Substantivo es el que expresa la afirmacion pura. El Adjetivo el que expresa la afirmacion con el atributo juntamente en una palabra. Aquel es Verbo puro; éste mezclado. El Verbo <i>Ser</i> es substantivo; los demás son adjetivos”.</p> <p>“A mas del verbo <i>ser</i> se miran para el regimen como substantivos los verbos <i>estar</i>, <i>parecer</i> i otros en que el atributo se refiere derechamente al nominativo del verbo; v. gr. El dia está <i>claro</i>, la <i>Luna parece</i> hermosa”.</p>
<p>Puig (1770: 66, n.*)</p>	<p>“À mas de ser <i>Auxiliar</i> [o verbo ser] es tambien <i>Substantivo</i>, porque denota la substancia de qualquier cosa”.</p>
<p>Jovellanos (1794-1797: 155)</p>	<p>“El verbo es el signo de una operacion de nuestra alma, que juzga de la relacion de semejanza ó diferencia que existe entre el sugeto y el atributo. [...] Damos tambien el nombre de verbo á una palabra compuesta que comprende el verbo verdadero en adjetivo y varias relaciones expresadas con sus terminaciones, aunque algunos los diferencian llamando verbo substantivo al primero y verbo adjetivo al segundo”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 9-10)</p>	<p>“El verbo anterior á todos por su naturaleza, y el mas necesario es el verbo subst. <i>sum</i> anómalo, porque afirma simplemente el ser, ó la existência: todos los demas se pueden llamar adj., porque á la simple afirmac. de <i>sum</i>, que es comun á todos los verbos, añaden otra afirmac. que es propia de ellos, v. g. <i>homines uiuunt</i>, los hombres viven, que vale lo mismo que <i>homines sunt uiuentes</i>, los hombres son vivientes, ó existen viviendo, esto es, tienen ser, y vida. En lo cual se incluye doble afirmac. la de que existen, ó tienen ser, y la de que viven , ó tienen vida, y así los demas”.</p>

Quadro 10: verbo substantivo/verbo adjetivo

⁴⁰ Antes de Benito de San Pedro, Gómez Asencio (1985: 117) apenas identifica a presença da mesma no Brocense, Jiménez Patón, Correas y Francisco Sobrino. Ramajo Caño (1987: 140) refere ainda a presença da noção de verbos substantivos em Fray Diego de la Encarnación.

Contudo, como esclarece Gómez Asencio (1985: 122), apenas em San Pedro e Jovellanos essa diferenciação se aproxima dos moldes em que é expressa pelo racionalismo francês, sob influência respetivamente da *Grammaire Générale* e de Condillac, ou seja, no quadro de uma análise intraproposicional que suporta a teoria do verbo substantivo *ser* como verbo único, indispensável em toda a proposição e de algum modo presente em todas as formas identificadas como verbos. Tanto Puig como González de Valdés limitam a sua análise ao plano semântico, embora apoiando-se em noções diferentes: a de substância, para Puig; a de existência, para González de Valdés. Cabe advertir, como fez Gómez Asencio (1985: 118), que o foco no critério semântico, no caso da gramaticografia do Espanhol, ofereceu problemas à teoria do verbo único, dado o facto de os conceitos de *ser*; *estar*; *existir*; *haber*, normalmente associados ao verbo substantivo, não estarem restringidos em Espanhol ao verbo *ser*. No caso dos autores do *corpus*, tal é visível na passagem transcrita de San Pedro.

Com exceção de Jovellanos, todos os autores referem também a subclasse do verbo ativo, embora com formulações diferentes em San Pedro, Puig e González de Valdés, como se comprova no seguinte quadro⁴¹.

<p>San Pedro (1769: Tomo II, 69 e 106)</p>	<p>“Verbo activo es aquel, que expresa siempre una accion, i se conoce en que despues de èl se puede poner una de estas palabras: <i>Alguno, o alguna cosa</i>”.</p> <p>“El verbo activo es aquel, por quien se expresa una accion, que passa fuera del sugeto, que es el principio de ella; v. gr. <i>David matò a Goliât</i>. Matar es el verbo activo porque la accion de <i>matar</i> passa a Goliat, que està fuera, o es distinto de David principio de la accion. El <i>penitente conoce sus faltas</i>, conocer es activo porque la accion del penitente se termina en las faltas objeto distinto del penitente, i por tanto se llama transitivo. Se podrá conocer el verbo activo por esta señal: siempre que despues del verbo se pueden poner estas palabras: <i>alguno o alguna cofa</i> será el verbo activo”.</p>
<p>Puig (1770: 68 e 100-101)</p>	<p>“Los <i>Verbos</i>, que significan <i>accion</i>, se llaman <i>Activos</i>: v. g. <i>Amar</i>”.</p> <p>“Pero es de advertir que no consiste precisamente el ser <i>Activos</i> en que tengan significacion activa, sino en que amàs de eso les corresponda tener pasiva. Y asi como entre los Verbos Latinos son <i>Activos</i> aquellos, que tienen <i>Voz</i> activa en o: v. g. <i>Amo</i>; y les corresponde tener pasiva en or: v. g. <i>Amor</i>; pero si no les corresponde pasiva en or son <i>Neutros</i>: afimismo los Verbos Castellanos, que amàs de tener significacion activa, pueden pasar à tenerla pasiva, son <i>Activos</i>; pero si su significacion activa es absoluta, de forma que no puedan ser tomados en la pasiva: v. g. <i>Vivir</i>; al qual no corresponde <i>Ser Vivido</i>: son <i>Neutros</i>, que es el tercer genero de los Verbos”.</p>

⁴¹ Torre y Ocón, embora o contemple, não explicita o seu entendimento deste conceito e, como tal, não figura no quadro 11.

González de Valdés (1798: 10)	“De esta 2. ^a afirmac. nace la division de llamarse unos <i>activos transitivos</i> , porque al ser añaden una accion, que, si no pasa, puede pasar generalmente del sugeto que la exerce en nomin. al término immediato que la recibe en acus. como <i>doceo, imitor</i> , ensino, imito, <i>doceo discipulos, imitor Ciceronem</i> , ensino á los discipulos, imito á Ciceron. Entre los verbos activos hay algunos siempre <i>absolutos intransitivos</i> , como <i>eo, gradiar</i> ; voy, ando: <i>eo domum</i> , voy á casa, porque no introducen la accion en el término adonde llega”.
-------------------------------	--

Quadro 11: verbo ativo

A identificação de *verbo ativo* com *verbo transitivo*, por oposição a *neutro* ou *intransitivo* é a que predomina na gramaticografia espanhola que precede os autores do *corpus* (Gómez Asencio 1985: 134). Essa ideia surge de forma explícita em San Pedro, que, na passagem acima, concilia o critério semântico com o sintático e sintático-colocacional, e talvez se possa inferir em Puig, a partir da oposição de ordem sintática dos ativos aos neutros, pela identificação destes com um modo de significação absoluta e, como se verá adiante, no quadro 14, com os intransitivos. Contudo, ao assentar exclusivamente num critério semântico, a definição de verbo ativo de Puig, por si só não esclarece essa questão, pois, semânticamente, ativos e neutros partilham a conotação com o conceito de *ação*, como revela igualmente a passagem transcrita no quadro 14. Há que considerar também a informação que a respeito dos acidentes verbais se pode recolher em Puig⁴² e onde se compreende que, se, por um lado, a semelhança entre a definição que dá de verbo ativo e de verbo transitivo permite fazer uma leitura de que o gramático identifica os dois conceitos, por outro lado, a dado momento, o gramático inclui os neutros entre os ativos (cf. quadro 14), contrariando essa mesma leitura e denunciando uma - no mínimo - aparente contradição. Já a definição sintático-semântica que González de Valdés oferece do verbo ativo não opõe claramente estes aos intransitivos, nem associa o conceito de neutro a intransitivo, no que Gómez Asencio (1985: 146) encontra afinidades com as propostas de Correas (pela distinção dos ativos em *transitivos* e *absolutos*) e de Villalón (pela identificação do neutro com a ausência dos traços semânticos de ativo e passivo). Não obstante, o mesmo Gómez Asencio (1985: 139) aponta para a originalidade de González de Valdés em acrescentar - ao que parece pela primeira vez na tradição espanhola - à carga semântica do neutro a ideia de *estado*.

No tocante ao verbo passivo, San Pedro, Puig e González de Valdés sublinham que, em rigor, só admitem a sua existência em Latim - uma posição que, como informa Ramajo Caño (1987:144), já remonta a Nebrija. Na língua

⁴²“Hay Verbos activos que rigen persona paciente como termino de la accion que sale de la persona agente: *Yo Amo à Dios*. Esta acción se llama transeunte, y los Verbos de esta naturaleza *Transitivos*” (Puig 1770: 107).

espanhola, em seu lugar, admitem a estrutura que se classifica tradicionalmente como passiva: *ser* + *participio passivo* ou outras com o mesmo valor, pelo que a sua compreensão do verbo passivo parece condicionada pela forma que este assume em Latim. No que toca aos critérios de definição, os autores do *corpus* dividem-se entre os que privilegiam os critérios formais (San Pedro) e os que os conciliam com os semânticos e/ou sintáticos (Puig, Torre y Ocón e González de Valdés), como se ilustra no seguinte quadro:

<p>Torre y Ocón (1728: 313)</p>	<p>“Les verbes Passifs sont des verbes qui ayant en leur signification active une personne qui agit: dans la passive la personne est sujet de l’ action. Ils se conjuguent d’ ordinaire par le verbe <i>Ser</i>, & le Participe Passif du verbe”.</p>
<p>Benito de San Pedro (1769: tomo II, 113 e 70-71)</p>	<p>“En nuestra lengua no ai verbo passivo en propiedad, pero se suple por el participio de preterito junto con el verbo <i>ser</i> auxiliar en todos los tiempos”.</p> <p>“Otro supliendo de la passiva ai mui considerable en nuestra Lengua, i se hace por los pronombres <i>me, te, se</i> del singular, i <i>nos, os, se</i> del plural, juntandose con las personas de los verbos, como diciendo: <i>Consumome, consumeste, consumese, consumimonos, consumisos, consume;</i> o bien, <i>me consumo, te consumes &c.</i> I esto ordinariamente tiene sentido de passiva en los verbos llamados Neutros, En los Activos pueden ser verbos Reciprocos , como luego se dirá”.</p>
<p>Puig (1770: 68 e 99-100)</p>	<p>“Los que significan <i>pasion; Pasivos: v. g. Ser Amado</i>”.</p> <p>“Los Verbos Latinos tienen Voz activa: v. g. <i>Amare</i>; y pasiva: v. g. <i>Amari</i>. No así los Verbos Castellanos, que no tienen propiamente sino Voz activa: v. g. <i>Amar</i>; y el defecto de la pasiva en todos los que puedan ò deban tenerla, se suple con el Verbo <i>Ser</i>; y el Participio de preterito del Verbo que se conjuga: v. g. <i>Ser amado</i>. Estas dos significaciones de activa, y de pasiva son las que constituyen la diferencia de los dos primeros generos de los Verbos, esto es <i>Activos, y Pasivos</i>”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 10 e 10-11)</p>	<p>“Otros se llaman <i>pasivos</i>, porque al contrario siempre tienen por supuesto en nomin. el término de los activos, y afirman con todas sus determinac. derivadas respectivamente de las activas la pasion dimanada de alguna causa agente oculta, como <i>docetur</i>, se enseña, ó expresada, como <i>docetur á me</i>, se enseña por mí, cuando vale lo mismo que <i>ego doceo</i>, yo enseño”.</p> <p>“La lengua castellana carece de verbos pasivos, y solo tiene verbos activos transitivos, activos absolutos, neutros, y pronominales. Para significar la pasion nos servimos de verbos auxiliares con participios pasivos, ó de los verbos activos transitivos, ó absolutos, con la palabra mudable <i>se</i> antepuesta, ó pospuesta á ellos, ó á los participios: v. g. <i>soy enseñado, se enseña, ó enseñase, enseñándose ha, hase enseñado, se ha enseñado</i>”.</p>

Quadro 12: verbo passivo

Segundo Gómez Asencio (1985: 154), é San Pedro quem introduz na tradição gramatical espanhola a subclasse do *verbo recíproco*. Martínez Alcalde (2011: 180), contudo, põe em evidência que se trata de uma novidade partilhada na tradição espanhola pela gramática de Gómez Gayoso - reeditada no mesmo ano de publicação da de San Pedro -, sendo que ambos podem ter recolhido tal noção de Restaut. Segundo ainda os dados de Gómez Asencio (1985: 154), este conceito generaliza-se no século XVIII, após a edição da *GRAE* (1771), e prolonga-se até à segunda metade do século XIX. Como ilustra o quadro 13, em seu lugar - e afastando-se, portanto, também de Torre y Ocón -, González de Valdés propõe a expressão *verbo pronominal*. Jovellanos não considera de todo esta subclasse, mas Puig, embora a exclua da tipologia por si criada, inclui-a, como já se referiu, nas classes que constrói a propósito dos acidentes verbais.

Torre y Ocón (1728: 312)	“Les verbes Reciproques, ou Neutres passifs sont ceux, qui prenent toujours le Pronom personnel , comme sont: <i>Irse</i> , s’en aller; <i>matarse</i> , se tuer; <i>defenderse</i> , se defendre, &c. Ils se conjuguent de même, qu’ en François hormis aux temps composés, ou ils se conjuguent toujours avec le verbe <i>Haver</i> ; & jamais avec le verbe <i>Ser</i> ”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 71)	“El Verbo <i>Reciproco</i> es aquel, que expressa un sugeto, que obra sobre si mismo; i se conjuga siempre con los pronombres conjuntivos <i>me</i> , <i>te</i> , <i>se</i> puestos entre el Nominativo i el Verbo”.
Puig (1770: 101-102 e 108-109)	<p>“Hay tambien otro genero de Verbos que se llaman <i>Reciproc</i>os, y son aquellos que no pueden conjugarse sin ir acompañados de los Pronombres <i>Me</i>, <i>Te</i>, <i>Se</i>, en Singular, y <i>Nos</i>, <i>Os</i>, <i>Se</i>, en Plural: v. g. <i>Yo me arrepiento</i>, <i>Tu te arrepientes</i>, <i>Aquel se arrepiente</i>, &c. Y aunque los que no se conjugan de otro modo que este son precisamente los <i>Reciproc</i>os propriamente tales; pueden no obstante pasar à serlo qualesquiera Verbos <i>Activos</i>, usandose con este genero de significacion reciproca, y pasiva: v. g. <i>Yo me amo</i>, <i>Tu te amas</i>, <i>Aquel se ama</i> &c”.</p> <p>“Otros hay en que la misma persona agente se repite como paciente, ò como termino de la accion de si misma. Estos son los <i>Reciproc</i>os: v. g. <i>Yo me Arrepiento</i>, que no son <i>Transiti</i>vos, pero ni absolutamente <i>Intransiti</i>vos. Sea como fuere, su accion, como no pasa à otra persona, que à la misma de que proviene, es permanente; y su significacion es promiscuamente activa y pasiva”.</p>
González de Valdés (1798: 11)	“Verbos pronominales son los que siempre significan reciprocacion, y siempre se usan con algun pronombre personal que se refiere al supuesto: v. g. <i>arrecime</i> , ò <i>me</i> arrecí. Estos últimos verbos regularm. son neutros en ambas lenguas, y los latinos correspondientes se usan sin pronombres pers. en acus.”.

Quadro 13: verbo pronominal / reflexivo / recíproco

Independentemente de partilharem ou não a mesma terminologia, os autores em estudo revelam uma diferente compreensão destes conceitos. Torre y Ocón define esta subclasse dos verbos em função da mera associação a uma forma pronominal - sem mais especificações -, enquanto González de Valdés, tal como Puig e San Pedro, restringe a sua aplicação aos casos em que o sujeito e a forma pronominal são correferentes. Independentemente das diferentes formas de compreender e designar esta realidade, estes autores não procedem ainda a uma distinção entre *pronominais*, *reflexivos* e *recíprocos*. Apenas San Pedro, na parte da sua obra dedicada à sintaxe, esboça uma distinção entre *reflexivo* e *recíproco*⁴³, no quadro de uma classificação dos verbos adjetivos distinta da que apresenta no âmbito do tratamento das partes da oração. Contudo, o gramático não explicita em que consiste essa diferença⁴⁴. Nisso é seguido por Puig, que, conforme é visível na primeira das duas transcrições do quadro 13, também parece esboçar - sem a desenvolver - uma distinção entre dois tipos de verbos recíprocos (os que têm existência não pronominal e os que não a têm).

É de salientar ainda a identificação por Torre y Ocón entre *verbo recíproco* e *verbo neutro passivo*. Não se pode, no entanto, compreender cabalmente qual o entendimento por este gramático da noção de *verbos neutros*, já que não os define. Se bem que González de Valdés, como também é observável no mesmo quadro, alude à frequente coincidência de neutros e pronominais, por um lado, e passivos, por outro, a situação é distinta. Iguamente distinta é a sua descrição dos recíprocos como simultaneamente passivos e ativos e a referência ao facto de não se poderem definir cabalmente como transitivos ou intransitivos.

Sem repetir a definição de Torre y Ocón comum ao verbo neutro e recíproco apresentada já no quadro 13, o seguinte quadro demonstra que, nos restantes autores que admitem a suclasse do verbo neutro, assiste-se a uma divisão entre os que o definem em função de critérios semânticos (González de Valdés) e os que, conciliando estes com critérios sintáticos (San Pedro e Puig), identificam o verbo neutro com o verbo intransitivo, o que, como demonstra Gómez Asencio (1985: 139), é a posição predominante entre o final do século XVIII e a primeira metade do seguinte. É de observar ainda

⁴³“Se notan vulgarmente cinco diferencias de verbos adjetivos, esto es, Activo, Neutro, Passivo, Reflexivo, i Recíproco” (San Pedro 1769: Tomo II, 106).

⁴⁴“Los verbos reflexivos i recíprocos que son aquellos, en que el nominativo i el regimen se refieren a una misma persona o cosa, tienen la misma construcción directa o relativa que los activos o passivos; v.gr. *Yo me divierto: El se ofende de mis palabras*. Lo mismo sucede en los reflexivos passivos; v. gr. *Se esparce la noticia de tu partida. Los edificios se arruinan*.

Aquellos verbos reflexivos, que no pueden tener regimen directo, imitan a los neutros, v. gr. *Yo me voi a la Iglesia. Tu te arrepientes de tu falta*” (San Pedro 1769: Tomo II, 114).

que, salvo, como já aqui se viu, pela consideração dos verbos recíprocos, neste ponto, segundo Gómez Asencio (1985: 130-131), Puig aproxima-se bastante da teoria verbal de Villalón, pela defesa de um esquema tripartido (*ativos, passivos e neutros*) que remonta a Donato:

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 69 e 107)	<p>“Verbo Neutro es el que expresa alguna vez una accion; pero de ordinario no expresa alguna; i se conoce en que despues de èl no se puede meter acusativo de persona o de cosa: esto es volver por la palabra; <i>alguno</i> u <i>alguna cosa</i>. Como: <i>Venir, dormir</i>”.</p> <p>“Por verbo neutro se entiende aquel que o no expresa accion, o expresa una que no sale fuera del sugeto; v. gr. <i>Creecer, dormir, desfallecer, partir, llegar, venir, triunfar</i>. I se llaman tambien absolutos o intransitivos”.</p>
Puig (1770: 68 e 108)	<p>“Los que significan <i>accion</i>, pero de un modo absoluto, é intransitivo[sic] <i>Neutros</i>: v. g. <i>Vivir</i>”.</p> <p>“Otros hay cuya accion queda en sí mismos absoluta de modo que no pasa de la persona agente á la paciente: v. g. <i>Yo Vivo. Yo Ando</i>. Esta accion se llama permanente, y los Verbos de esta naturaleza <i>Intransitivos</i>. Tambien se llaman <i>Neutros</i>, porque, aunque Activos, no les corresponde tener pasiva, pues no rigen persona paciente”.</p>
González de Valdés (1798: 10)	<p>“Así como los nombres que no son masc. ni fem. se llaman, y son nombres neut. así tambien hay verbos verdaderamente neut. ó medios que no afirman accion ni pasion, sino el estado de las cosas, como <i>sum, soy, palleo, estoy amarillo</i>”.</p>

Quadro 14: verbo neutro

Conforme se expõe seguidamente, o conceito de *verbo impessoal* é o único tratado sem exceção por todos os autores, ainda que não estruturarem a sua proposta de classificação em função dele, como é o caso de Jovellanos:

Torre y Ocón (1728: 311)	<p>“Comme les verbes personnels sont ceux, qui communément se conjuguent par les trois personnes, & par les deux nombres; les impersonnels sont ceux, qui n’admettent communément que les troisièmes personnes du nombre singulier.</p> <p>Il y a des verbes impersonnels Propres, & d’impropres: les Propres sont ceux, qui n’ont que les troisièmes personnes du nombre singulier, comme sont: <i>Nevar, neiger; tronar, tonner; relampaguear, faire des éclairs, &c.</i> Les impersonnels impropres sont ceux, qui étant de leur nature personnels se prennent: impersonnellement, ce, qui arrive quelque fois à pres que tous les verbes personnels. Exemple: <i>En la Corte hablan bien, On parle bien à la Cour. Alli juegan, on joue là, &c</i>”.</p>
--------------------------	--

San Pedro (1769: tomo II, 72-73)	<p>“El verbo <i>Impersonal</i> es aquel, que no se emplea mas que en las terceras personas del plural, o en las del singular con el pronombre general <i>se</i> o sin él, como: <i>Cantan; corren; se canta; se corre; llueve; importa.</i> [...] Se deven distinguir dos suertes de verbos impersonales; unos que parece lo son por su naturaleza, porque no se hallan en uso mas que en las terceras personas: otros que ya se hallan en la tercera, ya en las otras personas; i éstos se pueden llamar impersonales por construccion: Todos los verbos se pueden considerar en este segundo sentido, como quando en la oracion ponemos: <i>Se cree, se dice, se oye, se corre,</i> o bien en la tercera del plural sin partícula: <i>Creen, dicen, oyen, corren, &c.</i> Son expresiones equivalentes”.</p>
Puig (1770: 68 e 95)	<p>“Los que se conjugan sin <i>Personas; Impersonales</i>: v. g. <i>Conviene, Convenia, Convino, &c</i>”.</p> <p>“<i>Impersonal</i> es el que se conjuga con voces de tercera persona singular pero no significa determinadamente persona alguna: v. g. <i>Conviene, Convenia, Convino &c</i>”.</p>
Jovellanos (1794-1797: 111)	<p>“Por último, hay verbos que solo se usan en las terceras personas de singular, como <i>amanecer, anochece, helar, llover</i>; y otros; los cuales, por no referirse á persona determinada, suelen llamarse impersonales. Sin embargo, expresamos algunas veces la persona diciendo: <i>quando Dios amanezca, amaneció el día, yo anochece en Toledo...</i> A esla clase pertenece el verbo <i>haber</i>; que tiene la propiedad de convenir á ambos números quando se usa como impersonal; el verbo <i>placer</i>; que no solo carece de primeras y segundas personas, sino de algunos tiempos; y el verbo <i>yacer</i>; que apenas tiene uso fuera de la tercera persona del presente de indicativo”.</p>
González de Valdés (1798: 93)	<p>“<i>Impersonalidad</i> es una exclusion de la 1.^a y 2.^a pers. de sing. y pl. <i>Impersonales</i> se llaman los verbos pas. que afirman solamente la pas. con la terminac. 3.^a de sing. sin nominat., ó supuesto determinado, de quien ni pueda afirmarse la accion, ni la pas., ni la neutralidad, - ya porque se ignora, ya porque no se quiere declarar [...]. [...] Aunque en la terminac. 3.^a sing. de los verbos pas. es en donde cabe propiam. la impersonalidad, por ser comun á cualq. nomin. que no sea <i>ego, tu</i>, ni del núm. pl. en los 3 modos finitos; y á cualq. acus. en el infinit.: hay no obstante impersonalidad todas las veces que no determinamos pers., aunque sea con otras terminac. [...]”.</p>

Quadro 15: verbo impessoal

No quadro anterior, é visível que o critério formal - que caracteriza a tradição gramatical normativa - não deixa de estar presente nestes gramáticos, pois todos coincidem em que a essência do verbo impessoal está associada à terceira pessoa - do plural e singular, para San Pedro e Puig; exclusivamente do singular, nos restantes casos. Outro dos aspetos comuns a sublinhar é que todos procuram diferenciar entre o que, em rigor, é o verbo impessoal e outras

formas de exprimir a impessoalidade (Puig, Jovellanos e González de Valdés) ou entre diferentes tipos de verbos impessoais (Torre y Ocón e San Pedro).

Entre os traços que separam estes autores quanto à sua compreensão deste tipo de verbo está o facto de que San Pedro se singulariza por, em termos rigorosos, negar a existência do mesmo, fundamentando essa rejeição desde uma perspetiva intraproposicional⁴⁵, o que o situa na linha da gramática racionalista francesa, como já foi apontado por Lliteras Poncel (1992: 522-525)⁴⁶, embora sem menosprezar a dívida quer da *GGR*, quer de San Pedro para com Sánchez de las Brozas e a sua tese de rejeição do verbo impessoal⁴⁷. Tal posição de negação do verbo impessoal, talvez se possa pressupor em González de Valdés, por coerência com a sua já referida posição de negação do verbo passivo, uma vez que apresenta o verbo impessoal como uma subclasse do passivo, como transparece na passagem transcrita no quadro 15. Não há, contudo, afirmações expressas do gramático nesse sentido. Por seu lado, Torre y Ocón (1728: 259) distingue-se pela identificação expressa do verbo impessoal com *verbo defetivo*, o que não acontece em nenhum outro autor do *corpus*, apesar de todos sustentarem conceções predominantemente formais do verbo impessoal (baseadas na admissão exclusiva da 3ª pessoa) que, implicitamente, o definem como uma espécie de verbo defetivo. Explicitamente, essa caracterização torna-se comum após a publicação da *GRAE*, como descreve Gómez Asencio (1985: 151).

No que se refere aos critérios de definição de verbo impessoal, Torre y Ocón e San Pedro seguem exclusivamente critérios formais, que, como refere Gómez Asencio (1985: 151, n. 225), é a situação mais frequente na tradição gramatical espanhola anterior a 1771⁴⁸. No caso de San Pedro, contudo, como

⁴⁵“Verbo impersonal no ai en propiedad, porque no puede aver afirmacion sin sugeto o nominativo de ella” (San Pedro 1769: 114).

⁴⁶Segundo Lliteras, neste ponto, as fontes mais prováveis de San Pedro estariam na gramática de Port-Royal e na obra de Correas.

⁴⁷Por oposição aos *impessoais*, denunciados pelo Brocense por meio da elipse, a conceção sanctiana do verbo impessoal é coincidente com o infinitivo e incompatível com o nominativo: “digamos, con Consentio, que los verdaderos impersonales son *amare, amauisse, amari*; efectivamente, de la misma forma que en *amo, amauí* se ve que hay persona, número y tiempo concretos, de ahí que con razón se les llame personales y finitos; así en *amare y amari* no se pueden definir ni persona, ni número, ni tiempo. De ahí que con razón se les llame impersonales e infinitos. Último argumento: se dice que son diferentes aquellas cosas que se diferencian en su naturaleza; es así que *amat, decet, amatur, curritur* no se diferencian en naturaleza, ya que tienen persona, tiempo y número y un nominativo como sujeto; luego son personales. *Amare*, sin embargo, y *amari y amauisse* no tienen ni persona, ni tiempo, ni número; y tienen como sujeto un acusativo, caso que es lo contrario del nominativo; son éstos, pues, los que sin duda deben ser llamados impersonales” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: I, 12).

⁴⁸Essa tradição é descrita por Lliteras (1992: 522) nos seguintes termos: “así, durante los siglos XVI y XVII llega a generalizarse el criterio nebricense - clásico, por lo demás - de que el verbo impersonal es aquel que sólo se conjuga en tercera persona, bien del plural o bien del singular con el pronombre *se*. La imitación de los modelos latinos lleva a nuestros primeros gramáticos a mantener las dos especies de verbos impersonales, representados por los tipos *corritur* (= *se corre o corren*) y *decet, libet*, etc. (*conviene, agrada*, etc.), además de los que designan fenómenos de la naturaleza, como *pluit (llueve)*”.

apontou Lliteras Poncel (1992: 522-523), o critério formal perde importância perante o critério sintático que o leva à já referida negação do verbo impessoal em Espanhol. Os restantes gramáticos do *corpus* conciliam o critério formal com o semântico, sendo que este último se traduz, em todos, na referência ao modo indeterminado de significação e, no caso de González Valdés, na dissociação dos conceitos de “*neutralidad, acción, pasión*” e também no valor dessa indeterminação.

4.6. O advérbio

Como refere Gómez Asencio (1981: 219), relativamente às categorias tradicionalmente enquadradas entre as partes indeclináveis ou partículas (advérbio, preposição, conjunção e interjeição), a existência em si dessas classes não é normalmente questionada na gramaticografia espanhola. É a forma como são designadas, definidas, descritas e preenchidas que traduz diferenças teóricas significativas entre os gramáticos. O próximo quadro permite distinguir o tratamento do advérbio nos diferentes autores:

Torre y Ocón (1728: p. 320)	“L’ Adverbe est une partie d’ oraison, qui ne reçoit nulle variation, & qui sert à modifier un nom adjectif, un verbe, ou un Participe, c’est à dire à exprimer quelque qualité, quelque manière, ou quelque circonstance de ce qui est signifié par ce nom, ce verbe ou ce participe”.
Benito de San Pedro (1769 tomo II: 79)	“Es una voz indeclinable que se ayunta regularmente al verbo para expresar algun modo suyo o circunstancia. Como diciendo: <i>Amò tiernamente Christo a sus Discipulos. Los Vasallos deven servir fielmente a su Soberano: donde tiernamente, i fielmente denotan la circunstancia</i> de los verbos <i>amar i servir</i> . Por lo que de ordinario acrecientan, menguan, o mudan la significacion del verbo, como: <i>mucho lee; poco observa; nada sabe</i> ”.
Puig (1770: 139)	“ <i>Adverbio</i> es: una Voz indeclinable, que ajustandose al verbo, nombre, ó participio, aumenta, disminuye, muda, ó quita la significacion de aquel, al qual se ajusta [...]”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e (111-112).	“Así como el artículo y los adjetivos determinan los substantivos hay también otra palabra que determina y modifica el verbo, y por esta razon la llaman adverbio”. “Tratarémos ahora de la tercera clase de palabras, cuyo oficio es determinar ó modificar los substantivos ó los verbos. Cuando decimos <i>habla poco, estudia mucho</i> , las palabras <i>poco</i> y <i>mucho</i> modifican los verbos <i>habla</i> y <i>estudia</i> . Cuando decimos <i>Dios es infinitamente justo, Cicerón es muy elocuente</i> , las palabras <i>infinitamente</i> y <i>muy</i> modifican los adjetivos <i>justo</i> y <i>elocuente</i> ; y cuando decimos <i>Dios castigará muy severamente á los pecadores</i> , la palabra <i>muy</i> modifica <i>severamente</i> , donde se ve que el adverbio puede modificar un verbo, un adjetivo ó otro adverbio”.

González de Valdés (1798: 11)	“ <i>ADVERBIOS</i> se llaman los vocablos indeclinables, que se distinguen de los demas en alterar de varias maneras con su significacion la de los adj. sing. ó plur., nombres, y participios, la de los verbos, la de otros adverbios; como <i>bis septem</i> , dos veces siete; <i>nimis iratus</i> , muy enojado; <i>servabo semper</i> , observaré sempre; <i>bis millies</i> , dos mil veces; y la de los nombres subst. usados como adj., v-g. <i>admodum puer</i> , muy muchacho. Tambien hacen oficio de conjunc. algunas veces, y algunos oficio de adverbio, y conjun. á un tiempo”.
-------------------------------	---

Quadro 16: o advérbio - definição

Na tradição gramatical normativa, a definição de advérbio assenta geralmente em critérios sintático-colocacionais (Gómez Asencio 1981: 220-221). Nas definições aqui recolhidas, predomina o recurso ao critério sintático-funcional, centrado na sua capacidade modificadora⁴⁹, conforme, segundo Gómez Asencio (1981: 221-222), é prática comum na gramatografia espanhola setecentista inspirada na gramática filosófica francesa. Com efeito, todos os autores do *corpus* realçam o papel do advérbio enquanto modificador de sentido, mas distinguem-se quanto às classes de palavras que podem ser modificadas pelo advérbio e quanto à própria compreensão deste processo de modificação. Destaca-se em primeiro lugar o facto de estes autores considerarem a modificação extensível a outras classes além do verbo⁵⁰, conforme se ilustra no seguinte quadro:

Categorias modificadas	Autores
Verbo	Todos
Nome	Puig, Jovellanos e González de Valdés ⁵¹
Adjetivo	Torre y Ocón, San Pedro, Jovellanos e González de Valdés
Particípio	Torre y Ocón ⁵² , San Pedro, Puig e González de Valdés
Advérbio	Puig ⁵³ , Jovellanos e González de Valdés

Quadro 17: classes de palavras modificadas pelo advérbio

⁴⁹ Embora seja o critério predominante, não é o único considerado. Com exceção de Jovellanos, os autores do *corpus* combinam o critério sintático-funcional com outros critérios de definição do advérbio. Exceto Jovellanos, todos se apoiam no critério formal (indeclinabilidade), e Torre y Ocón e San Pedro conciliam-no também com o semântico (a identificação com a noção de *circunstância, modo, qualidade*). Em San Pedro, regista-se igualmente a combinação do critério formal com o sintático-colocacional (junção com o verbo).

⁵⁰ No caso de Jovellanos há que distinguir, tal como fez Ridruejo Alonso (1989: 411), entre a teoria explanada no tratado de *Gramática General* e a sustentada nos *Rudimentos de gramática castellana*. Conforme revelam as passagens transcritas no quadro 16, apenas no segundo tratado é referida a extensão do processo de modificação a outras classes.

⁵¹ Se bem que para Puig o nome se divide em adjetivo e substantivo o exemplo apresentado neste ponto pelo gramático apenas respeita a esta segunda subclasse: “*Es un hombre, que lo entiende bien*” (Puig 1770: 139). Já em Jovellanos e González de Valdés, uma vez que os tratam como categorias gramaticais distintas, essa situação não coloca dúvidas.

⁵² Esta situação entra em contradição com o facto de Puig não considerar o particípio entre as sete partes da oração às quais reconhece autonomia categorial. De facto, a negação dessa autonomia ao particípio pode mesmo ser a única razão para Jovellanos não mencionar essa possibilidade.

⁵³ Embora tal não seja visível na passagem transcrita no quadro 16, o autor explicita em rodapé essa possibilidade: “*el Adverbio se llamó así; porque fué instituido para hacer con el Verbo, lo que hace qualquier*

Neste sentido, demarcam-se, portanto, da tese mais tradicional, que é, como informa Gómez Asencio (1981: 230), a de circunscrever essa modificação ao verbo. Uma vez que, como põe em relevo Ramajo Caño (1987: 186), são precedidos nessa posição pelo próprio Brocense, em Espanha, e, no âmbito do racionalismo francês, pelos gramáticos de Port-Royal, os autores do *corpus* revelam neste ponto identificação com a tradição gramatical racionalista. Destaque-se o caso de González de Valdés, por ter sido, como refere Gómez Asencio (1981: 231), um dos primeiros na tradição gramatical espanhola a reunir numa mesma proposta as diferentes categorias (verbo, adjetivo, substantivo, participio e advérbio) sobre as quais a tradição racionalista anterior se dividia.

No que se refere à forma como cada um destes autores exprime e concebe a ideia de *modificação*, as diferenças são igualmente significativas. Tanto Torre y Ocón como San Pedro encaram a modificação como o processo de *exprimir* uma determinada carga semântica da palavra sobre a qual opera o advérbio. Distinguem-se, contudo, por dois aspetos: i) a consideração, por Torre y Ocón da ideia de *qualidade*, além da de *modo* e *circunstância*; ii) o facto de que San Pedro precisa ainda de que modo esa carga semântica afeta a significação das palavras que modifica (“acrecientan, menguan, o mudan”), no que é seguido de perto por Puig (“aumenta, disminuye, muda, ò quita”). Esta perceção do processo de modificação não é, contudo, novidade na tradição espanhola, pois, como informa Ramajo Caño (1987: 185-186), tal conceção remonta a Nebrija, em quem, segundo o mesmo autor, a recolhem outros gramáticos, entre os quais interessa aqui salientar aqueles que alimentaram a corrente racionalista em Espanha: Licenciado Villalón, Fray Diego de la Encarnación e Correas. Já em Jovellanos, como pôs em evidência Gómez Asencio (1981: 227), o modelo textual parece ser a *GRAE* na sua edição de 1771, onde *modificar* surge pela primeira vez na gramaticografia espanhola como equivalente de *determinar*. No autor do *Curso*, contudo, esta ideia é desenvolvida no quadro da distinção – já referida neste estudo - entre *palabras necesarias* e *palabras determinantes*⁵⁴, para a qual a sua fonte já não é a obra académica. É aliás

Adjetivo con el Nombre; pero trascienden à otras Partes de la oracion sus efectos; y aun el mismo Adverbio tiene ò admite otro, que oportunamente se le ajuste: v. g. en el egeemplo de arriba: Es un Hombre, que lo entiendo bien, si á bien se le aplica muy le aumenta la significacion; si se le aplica menos, se la disminuye; si se le aplica nada, se la muda; &c.” (Puig 1770: 139-140). Segundo García Folgado (2005: 409), Puig é o primeiro gramático espanhol a admitir a possibilidade de um advérbio ser modificado por outro advérbio.

⁵⁴Apesar de a preposição também partilhar essa condição em Jovellanos, não se explicita nesse caso essa aproximação ao valor do advérbio, ainda que, de acordo com Gómez Asencio (1981: 235 e 288, n. 439), tal ideia esteja implícita quer em Jovellanos, quer na primeira edição da *GRAE*. Conforme desenvolve o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 235), a equivalência semântica do advérbio ao grupo *preposição + substantivo* remonta a Port Royal e tem grande impacto na gramática espanhola entre o último quartel do século XVIII e primeira metade do seguinte.

essa condição comum de palavras determinantes que justifica que, em Jovellanos, a descrição deste processo de modificação/determinação se apoie no paralelismo entre a relação advérbio/verbo e a relação adjetivo/nome, ou artigo/nome, como é visível na definição dada e como põe de manifesto Gómez Asencio (1981: 227). Finalmente, González de Valdés, conforme salienta o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 226), parece ser o primeiro gramático na tradição espanhola a utilizar o termo *alterar* para descrever a forma como o advérbio interfere na significação das categorias que modifica.

No que concerne à classificação do advérbio, como descreve também Gómez Asencio (1985: 170), a tradição gramatical estabeleceu várias dezenas de subespécies, relativamente às quais não se entrará aqui em detalhes, dada sua profusão. Em traços largos, o panorama gramatical que precede os autores em estudo divide-se entre propostas de classificação assentes em critérios formais e propostas assentes em critérios semânticos. No caso dos autores do *corpus*, todos integram os dois tipos de propostas, salvo Puig, que apenas distingue os advérbios com base em critérios semânticos.

4.7. Preposição

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 85)	“Preposicion es una parte indeclinable de la oracion, que se pone antes de algun nombre o pronombre para regimiento del caso. Como diciendo: <i>Óra en la Iglesia. Por el hilo se saca el oவில்.</i> &c. Dicen cierta nota de orden u relacion de una cosa con otra; i se llaman preposiciones, por preceder siempre al nombre que rigen”.
Puig (1770: 135 e 135-136, nota)	“ <i>Preposicion es:</i> una voz indeclinable, que se antepone, ò al caso que rige, ò à la dccion con que compone”. “La <i>preposicion</i> es una partecilla pequeña en la figura, pero grande en valor; pues es capaz ella sola de hacer, que la Oracion ò Discurso en que entviene, tenga un sentido totalmente diverso del que tenia, con que se muda solamente de Preposicion: v.g. Esta Oracioncilla: <i>Esto se dijo à ti;</i> por medio de la <i>a</i> significa <i>atribucion</i> ”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e 112)	“La preposicion es una palabra determinante que expresa una relacion entre dos cosas”. “La preposición, llamada así porque se pone antes de otras partes de la oracion, denota la diferente relación que tienen unas con otras; tales son las siguientes: <i>à, ante, cada, como, con, contra, de, desde, en, entre, hácia, hasta, para, por, según, sin, sobre, tras</i> ”.
González de Valdés (1798: 11)	“ <i>PREPOSICIONES, preverbios, ó señala casos,</i> son palabras indeclinables que sirven para señalar casos, ó palabras de la oracion sing. ó plur. que significan la causa, el lugar, el tiempo, la union, la distancia, el movimiento, la privación, la conversion &c.: y quando no se usan para distinguir casos, pertenecen á la especie de adverbios.”

Quadro 18: Preposição - definição

Relativamente à preposição, do quadro anterior destaca em primeiro lugar que Torre y Ocón não oferece propriamente uma definição dessa categoria, embora forneça informação sobre a sua tipologia e regime⁵⁵. As definições dos restantes autores conciliam critérios formais⁵⁶ e sintático-colocacionais com critérios semânticos. Nos casos de San Pedro e de González de Valdés, devemos observar ainda a presença do critério sintático-funcional⁵⁷. Conforme esclarece Gómez Asencio (1981: 237), os dois primeiros critérios identificam, desde Prisciano, a definição de preposição na tradição descritivo-normativa, sendo visível na gramaticografia espanhola desde Nebrija. Já a componente semântica destas definições remete para uma tradição que Gómez Asencio (1981: 237) faz remontar a Donato e à qual se vinculou a gramática racionalista, quer a espanhola (Ramajo Caño: 1987: 193-194) quer a de Port-Royal⁵⁸.

Outro aspeto fundamental consiste em que a definição formulada por González de Valdés remete para a questão dos limites entre esta e o advérbio. Tal questão é aliás considerada nos mesmos termos por Torre y Ocón, San Pedro e Puig: para todos estes gramáticos o limite entre a preposição e o advérbio reside em que aquela é marcada por um regime⁵⁹, no que se demarcam do Brocense⁶⁰.

No tocante à classificação das preposições, o panorama é bastante diversificado: Jovellanos e González de Valdés não apresentam uma proposta

⁵⁵ “Les prépositions, son ou simples, ou composées. [...] La préposition régit, ou un nom, ou un pronom, ou un verbe, ou un adverbe” (Torre y Ocón 1728: 327). É no tratado de gramática francesa, correspondente à primeira parte da obra, que se pode encontrar uma definição: “no es otra cosa la preposicion que una parte de la oración indeclinable, que ajustada à otra parte de la oración la rige, y gobierna” (Torre y Ocón 1728: 128).

⁵⁶ Com exceção, mais uma vez, de Jovellanos, que não assume o conceito de *palavra indeclinável*.

⁵⁷ A diferença entre os dois autores é, contudo, merecedora de nota, já que, enquanto que para San Pedro a função da preposição é a regência em si mesma, para González de Valdés trata-se apenas de anunciar a mesma - uma situação que Gómez Asencio (1981: 244) aponta como reveladora de certa modernidade neste autor.

⁵⁸ “Nous avons dit cy-dessus chap. 6. que les Cas & les Prepositions avoient esté inventez pour le mesme usage, qui est de marquer les rapports que les choses ont les unes aux autres.

Ce sont presque les memes rapports dans toutes les Langues qui sont marquez par les Prepositions” (Arnauld & Lancelot 1660: 83).

⁵⁹ “On doit remarquer ici qu’ il ya des prépositions qui sont aussi des adverbes, comme sont *dentro*, dedans, *fuera*, dehors; *arriba*, dessus; *debajo*, dessous & autres semblables, quand ce sont des prepositions, elles portent toujours (comme en François) quelque régime, ou exprés, ou sousentendu, en quoi consiste la difference entre la preposition et l’ adverbe, qui de lui même n’ a aucun régime” (Torre y Ocón 1728: 327).

“Algunas de las preposiciones se toman como adverbios, quando se ponen en la oracion sin regimen en sentido absoluto, como: *Cerca*, *lejos*, *dentro*, *fuera*. Assi es adverbio en esta u otras locuciones: *No está lejos el Señor*. Es preposicion en esta ; *El Señor no está lejos de nosotros*” (San Pedro 1769: 86-87).

“Notese, que si alguna de las Preposiciones se halla fuera de la composicion, no rigiendo caso, ya no es *Preposicion*, sino que será regularmente *Adverbio*: v. g. *Lejos*, si digo de alguno: *Se fué lejos*, es *Adverbio* si digo: *Se fué no lejos de la Ciudad*, es *Preposicion*. Pues no es incompatible con una misma voz, el que sea *Preposicion*, y ella misma *Adverbio*, ò tambien *Conjuncion*, ò *Intergeccion*, segun el sentido en que se toma, y el papel ù oficio que hace” (Puig 1770: 137-138).

Observe-se que Puig refere ainda a possibilidade de uma preposição funcionar como conjunção ou interjeição, no que García Folgado (2005: 395) deteta a influência de Buffier e Harris.

⁶⁰ “Para mí, las preposiciones que no llevan caso no son adverbios; se trata más bien de una elipsis, ya que falta el caso regido; es lo que ocurre en el siguiente ejemplo de Virgilio: *Longo post tempore venit*, es decir: *Longo tempore post id tempus*” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: III, 12).

de tipologia para o Espanhol⁶¹; Torre y Ocón classifica-as de acordo com critérios exclusivamente formais; San Pedro, assume um triplo critério de classificação, aliando ao formal os critérios semântico e sintático; Puig procede a uma fusão do critério sintático com o formal.

Torre y Ocón (1728: 327)	“Les prépositions, sont ou simples, ou composées”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 85-86)	“Pueden considerarse o en cuanto a la expression o en cuanto al significado. En el primer sentido unas se llaman simples, porque constan solo de una palabra; v. gr. <i>Con, sin, en, &c.</i> Otras compuestas, porque constan de muchas; v. gr. <i>En frente, a excepcion, &c.</i> En cuanto al significado podian considerarse tantas suertes de preposiciones, cuantas son las relaciones con que las cofas se pueden comparar entre si. Mas esta division hace poco a la Gramatica. La division principal se toma por orden al caso que ellas rigen. I efto puede ser u ablativo, o bien dativo, o finalmente acusativo en esta orden”.
Puig (1770: 135)	“Las <i>Preposiciones</i> pues, son ò de <i>Aposicion</i> , ò de <i>Composicion</i> . Son de <i>Aposicion</i> , rigiendo caso: v. g. la Preposicion <i>En</i> , si digo: <i>En Barcelona</i> . Son de <i>Composicion</i> , no rigiendo caso, sino componiendo alguna dición: v.g. La misma Preposicion <i>En</i> , si digo: <i>Encubierto</i> . Los casos que suelen regir las <i>Preposiciones</i> , son ò Genitivo, ò Dativo, ò Acusativo, ò Ablativo”.

Quadro 19: a preposição - classificação

A divisão proposta por Puig entre preposições *de aposición* ou *de composición* parte das expressões que sustentam a definição que Nebrija oferece de esta categoria gramatical⁶². No entanto, em Nebrija não existe a associação direta entre os conceitos de *aposición* e *composición* e o conceito de *caso*, tratando-se mais propriamente de uma distinção formal, equivalente à distinção que faz entre preposições simples e compostas⁶³, e a que dão

⁶¹ Contudo, para o Latim, González de Valdés organiza-as de acordo com os casos que regem: acusativas; ablativas; genitivas. Para o Espanhol limita-se a descrever a correspondência entre as preposições e o seu regime de casos (genitivo, ablativo, dativo, acusativo) ou de tempos verbais: “En la lengua castellana se usan siempre antepuestas las prepos. *de*, señalando genitivos, ó ablativos: *para*, dativos: *á*, dativos, ó acusativos: *ante, contra, entre, ácia, hasta, segun, sobre, tras*, señalan acusativos: *con, en, por, sin*, ablativos. Tambien se anteponen á verbos infinitivos, *á, con, de, en, entre, hasta, para, por, sin, sobre, tras*, v. g. *á vencer, con vencer, de guardar, en guardar, entre ir y venir, hasta vencer, para morir, por decir, sin hacer, sobre guardar, tras romper: en* tambien se antepone al participio indeclinable, v. g. *en* siendo: seguidas de la conjuncion *que*, son conjunciones indicat. ó subjunt., v. g. *hablas sin saber la verdad, sinque sepas, ó no sabiendo*” (González de Valdés 1798:11)

⁶² “Preposición es una de las diez partes de la oración, la cual se pone delante delas otras por aiuntamiento o por composición” (Nebrija 2011[1492]: 110).

⁶³ “Los accidentes de la preposición son tres: figura, orden i caso; mas por que en la lengua castellana siempre se prepone i nunca se postpone, no pormemos la orden por accidente dela preposición. Assí que serán las figuras dos, assí como enel nombre: sencilla, como *dentro*; compuesta, como *dedentro*. Los casos con que se aiuntan las preposiciones son dos: genitivo i acusativo” (Nebrija 2011[1492]: 110).

continuidade Torre y Ocón e San Pedro, mas não precisamente nos mesmos moldes⁶⁴.

O conceito de caso, no entanto, também é contemplado por Nebrija entre os acidentes das preposições, segundo os quais distingue, como já se viu, as diferentes classes de preposições. Tal conceito, segundo Gómez Asencio (1981: 244), domina as propostas tipológicas da tradição gramatical normativa a respeito da preposição. Com exceção de Jovellanos e Torre y Ocón, os gramáticos do *corpus* continuam a servir-se desse critério sintático (o caso) para organizar as suas propostas. Na passagem de San Pedro acima transcrita, tal critério chega mesmo a assumir um valor superior ao dos restantes critérios considerados. Contudo, é importante precisar que, apesar de esse critério remontar à proposta nebrissense, esta não coincide totalmente com as dos gramáticos em estudo no tocante aos casos admitidos pelas preposições⁶⁵. Segundo dados recolhidos em Ramajo Caño (1987: 194-198), é notório que, ao longo da tradição gramatical do espanhol, não houve uniformidade relativamente aos casos regidos pelas preposições, sendo que a primeira vez que os casos admitidos por González de Valdés e Puig (genitivo, dativo, acusativo e ablativo) aparecem juntos numa mesma proposta é no texto anónimo de Lovaina (1555), enquanto que os considerados por San Pedro (ablativo, dativo,acusativo), encontram-se pela primeira vez reunidos nas *Osservationi* de Giovanni Miranda (Veneza 1565). Como demonstra Gómez Asencio (1981: 244), a classificação das preposições em função dos casos que regem é um critério que se conserva até ao século XIX. Contudo, de acordo com a informação que se pode encontrar em Ramajo Caño (1987: 194-198), está ausente das propostas

⁶⁴ Em Nebrija, as preposições simples opõem-se às que se assumem como prefixo na composição de outra palavra. Em Torre y Ocón e San Pedro, opõem-se às que são formadas por mais de uma palavra. Torre y Ocón, inclusivamente, chega a admitir, entre as simples, preposições formadas por prefixação desde que constituam uma única palavra: “Sous le nom de prepositions simples on comprend encore toutes celles dont l’ usage ne fait q’un seul mot, quoiqu’ originairement elles soient composées, comme: *Delante*, qui est composé de *del*, & *ante*, detrás, de *de*, & *tras*, enfrente, de *de*, & *frente*, y ainsi des quelques autres” (Torre y Ocón 1728: 327). As preposições simples, nos termos usados por Nebrija, San Pedro chama “separadas” distinguindo-as não das compostas, mas dos prefixos: “A mas de estas preposiciones, que se llaman separadas, se consideran las que sirven para componer otras palabras, aumentando, disminuyendo o mudando en contrario la (significacion del verbo, nombre, o division, en cuya composicion entran” (San Pedro 1769: 87). Gómez Asencio (1981: 253) vê nesta atitude de San Pedro a negação dos prefixos, colocando-o, desde essa perspetiva, na linha do racionalismo espanhol de Patón e Correas, afastando-se, como eles, de uma tradição normativa que, desde Nebrija, encara os prefixos como uma subclasse das preposições. Segundo ainda Gómez Asencio (1981: 253), será essa postura de negação da natureza preposicional dos prefixos que se generalizará durante a segunda metade do século XVIII e a primeira do seguinte.

⁶⁵ Formalmente, Nebrija (2011[1492]: 110) só admite genitivo e acusativo, como já foi aqui referido, embora semanticamente associe outros casos às preposições: “Sirven como diximos las preposiciones para demostrar la diversidad dela significación delos casos, como *de* para demostrar cúia es alguna cosa, que es el segundo caso; *a*, para demostrar a quién aprovechamos o empecemos, que es el tercero caso; *a* esso mesmo para demostrar el cuarto caso en los nombres propios i aun algunas vezes en los comunes” (Nebrija 2011[1492]: 111).

tipológicas de alguns dos nomes mais emblemáticos da tradição racionalista espanhola precedente (como Jiménez Patón e Correas)⁶⁶. No racionalismo francês, a noção de *caso* vai dando lugar a uma análise de tipo semântico, como acontece na Gramática de Port-Royal (Arnauld & Lancelot 1660: 83), onde a classificação das preposições assenta igualmente num critério semântico: *de lieu, de situation, d'ordre; du temps; du terme; de la cause; autres rapports* (Arnauld & Lancelot 1660: 34).

4.8. A conjunção

Por sua vez, na descrição da conjunção, sobressaem dois aspetos: i) tal como em relação ao advérbio e à preposição, Jovellanos é o único a não considerar o critério formal (indeclinabilidade); ii) quase todos os gramáticos em estudo apresentam uma definição de tipo sintático centrada no valor da conjunção enquanto elemento de ligação entre partes da oração ou entre orações. Gónzáles de Valdés é o único que apenas considera o seu papel quanto às partes da oração, revelando nisso mais aproximação à postura, que, como sistematiza Carolina Martín Gallego (2011: 838), predomina na tradição normativa, contrariamente à dos restantes gramáticos, que denuncia a transição para aquela que, segundo a mesma autora (Martín Gallego 2011: 839), deriva do modelo sanctiano e do dos gramáticos franceses. Pelo recurso à expressão *membres du discours*, saliente-se ainda que em Torre y Ocón também não fica clara a sua compreensão desse valor da conjunção. Não obstante, em contexto, parece poder unir tanto as orações como as partes da oração, como se deduz dos exemplos apresentados pelo autor para ilustrar o valor da conjunção e que se apresentarão seguidamente no quadro 20:

Torre y Ocón (1728: 328)	“La conjuncion est une partie de l’ oraison indeclinable qui sert á la liaison, ou union des membres du discours”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 89)	“Las conjunciones son partes indeclinables, que expressan diferentes operaciones de nuestro animo, i juntan las partes diversas de la oracion, o las mismas oraciones”.
Puig (1770: 150)	“La <i>Conjuncion</i> es: una Voz indeclinable, que sirve para unir las palabras, ò clausulas”.

⁶⁶ Ramajo Caño apenas considera gramáticas do Espanhol, pelo que o nome mais representativo da corrente racionalista em Espanha (Sánchez de las Brozas) não está entre o *corpus* por si estudado. No caso do Brocense não há propriamente uma classificação das preposições, mas sim uma definição, enumeração e comentário. Não obstante, a noção de caso também é considerada na sua descrição: “la preposición es una forma que no tiene número, que precede a los casos y se encuentra en composición. Lo característico, pues, de la preposición es ir delante de los casos del nombre, ya que, aunque no vaya, se trata de una anástrofe, y no por ello pierde su condición de preposición” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: III, 12).

Jovellanos (1794-1797: 105 e 154-155)	“La conjuncion sirve para juntar dos palabras ó dos proposiciones, como <i>es menester que el hombre estudie para saber</i> ”.
González de Valdés (1798: 12)	“La conjunción encierra en sí el pensamiento ó la idea que se acaba de expresar, uniéndola con la que sigue”.
	“ <i>CONJUNCIONES</i> se llaman las palabras indeclin., que siguiendo el órden natural de la traduccion sirven para atar las palabras siguientes á ellas con las que están antes: y si no atan, son adverbios, como, quando <i>uel, etiam,</i> significan <i>hasta, aun</i> ”.

Quadro 20: a conjunção - definição

O debate sobre a função da conjunção como elemento de ligação de palavras ou orações percorre a tradição gramatical espanhola precedente desde Nebrija (Ramajo Caño 1987: 201-203), não obstante, a circunscrição a uma função de ligação entre orações apenas está presente em alguns autores representativos da gramática de cunho racionalista, como é o caso do Brocense e de Jiménez Patón (Ramajo Caño 1987: 202-203), que, conforme esclarece, Gómez Asencio (1981: 277), seguem a este respeito a peugada de Giulio Cesare Escalígero, tal como o fazem na tradição francesa, Destutt de Tracy e Nicolas Beauzée.

No que concerne à classificação desta categoria, como se pode verificar seguidamente no quadro 21, apenas San Pedro contempla nas suas propostas o critério formal, considerando-o a par com o semântico. É neste último que assentam as propostas de todos os outros autores, bem como a tradição gramatical espanhola precedente, tanto a normativa como a racionalista, segundo a informação que se pode recolher em Ramajo Caño (1987: 203-204). É de observar ainda que San Pedro vinca a flexibilidade desta tipologia pela possibilidade de as diferentes conjunções pertencerem a mais de uma subclasse. Do mesmo modo, San Pedro sublinha igualmente a versatilidade da conjunção pela possibilidade de atuar como preposição ou advérbio⁶⁷. Algo semelhante acontece também em González de Valdés, em quem se regista igualmente uma nota de proximidade entre conjunção e advérbio, conforme se tornou já visível na definição no quadro 16:

Torre y Ocón (1728: 328-329)	“L’ Abbé Regnier Desmarais dit en sa Grammaire Française, que les conjonctions se divisent: En copulatives, disjonctives, adversatives, conditionnelles, suspensives, concessives, declaratives, interrogatives, comparatives, augmentatives, diminutives, causales, ou causatives, illatives, ou conclusives, & en conjonctions de temps, de ordre & de transición. Je ne saurois mieux faire que de suivre ici la même division, reduisant sous chacune les exemples qui leur sont propres”.
---------------------------------	--

⁶⁷ “Una misma conjuncion puede tener lugar en dos classes segun el sentido en que se toma.

Muchas de las conjunciones son tambien adverbios o preposiciones, i su diferencia depende del sentido que tienen en la oracion. Se conocerá quando son puras conjunciones, si solo tienen oficio de juntar las partes del razonamiento sin otro respeto o expression de circunstancia de nombre o verbo” (San Pedro 1769: 92).

Benito de San Pedro (1769: 89-92)	<p>“Las conjunciones pueden dividirse por orden a la expresion o al significado. En cuanto a la primera parte se consideran o simples si constan de una sola palabra, o compuestos si de muchas.</p> <p>Por relacion al significado se pueden reducir a clases. Es a saber: 1. <i>Copulativas</i> [...]. 2. <i>Disyuntivas</i> [...]. 3. <i>Adversativas</i> [...]. 4. Las de <i>Restriccion</i> [...]; 5. Las <i>Condicionales</i> [...]; 6. Las <i>Causales</i> [...]; 7. Las <i>Racionales</i> o <i>conclusivas</i> [...]; 8. Las de <i>Transicion</i> [...]; 9. Las <i>Ordinativas</i> [...]; 10. la conjuncion <i>que</i>”.</p>
Puig (1770: 151)	<p>“Hay conjunciones de varias especies: 1. COPULATIVAS, Y CONTINUATIVAS [...]. 2. DISJUNTIVAS; Ò DIVISIVAS [...]. 3. CONDICIONALES [...]. 4. EXCEPTIVAS, Y ADVERSATIVAS [...]. 5. CAUSALES, à que la razon ò causa precede [...]. 6. CAUSALES à que la razon ò causa sigue [...]. 7. CAUSALES con que se designa el fin ò motivo [...]; 8. y ultimo. ASIMILATIVAS, Y DECLARATIVAS”.</p>
Jovellanos (1794-1797: 112)	<p>“Llámanse copulativas las siguientes: <i>y, é, ni, que</i> [...].</p> <p>Las disyuntivas denotan alternativa entre as cosas como <i>ó, ú, ya</i> [...].</p> <p>Las que sirven para expresar alguna contradiccion ó contrariedad se llaman adversativas, como las siguientes: <i>mas, pero, cuando, aunque, bien que</i>.</p> <p>Las condicionales son las que envuelven alguna condicion, como <i>si, sino</i>.</p> <p>Las causales expresan causa ó motivo, como <i>por que, pues, así que</i>.</p> <p>Las continuativas sirven para continuar la oracion como <i>mientras, pues, así que</i>”.</p>
González de Valdés (1798: 12-13)	<p>“Hay conj. de palabras y de proposic. Conjunc. de palabras son las que pasan á unir, segun el órden de las ideas, las palabras sing. ó plur. expresadas, ó calladas pendientes de un mismo verbo [...].</p> <p>Conjunc. de proposic. son las que pasan á unir uno, ó algunos verbos siguientes con los anteriores, á fin de perfeccionar el sentido del periodo, y á fin de que los verbos convengan muchas veces entre sí en la terminac., número, y modo de significar un mismo tiempo en género, ó en especie [...].</p> <p>Las conj. son varias, y se distinguen unas de otras por sus varios modos de significar. Unas se llaman <i>concesivas</i>, porque expresan la concesion de alguna cosa [...]; otras <i>causales</i> que refieren la causa de alguna proposicion [...]; otras <i>condicionales</i> por la condicion de lo que se dice, ó hace [...]; otras <i>inales</i> por el fin con que se hace, ó dice algo [...]; otras <i>disyuntivas</i>, porque sirven para excluir una , ó mas cosas de otras [...]; otras <i>racionales</i>, que sirven para inferir [...]; otras <i>adversativas</i>, que expresan alguna contradiccion de lo que antecede [...]; otras <i>expletivas</i>, cuando solo sirven para hermosear y adornar la oracion, así en la prosa, como, como en el verso [...]; otras <i>dubitativas</i> [...]; y otras cuyo uso, y distincion enseñan los autores latinos”.</p>

Quadro 21: a conjunção - classificação

4.9. A interjeição

Torre y Ocón (1728: 328)	“La interjecction est une partie de l’ oraison, qui sert á exprimer quelque subit mouvement de l’ ame, comme de joye, de douleur, d’ admiration, &c.”.
San Pedro (1769: tomo II, 95)	“La Interjeccion es una parte indeclinable de la oracion, que sirve para declarar algunos afectos del alma, como: de gozo, de pena, de temor, &c. Casi en todas las Lenguas son unas mismas”.
Puig (1770: 147 e 149, nota)	“La <i>intergeccion</i> es: aquella Parte de la oracion, que proferida con cierto irregular tono de voz expresa algun afecto del animo”. “Como las <i>Intergecciones</i> son expresiones de afectos naturales, no solo cada Lengua, sino cada Individuo tiene, no tanto por arte, como por naturaleza las suyas. Los afectos son aquellos movimientos indeliberados, que excita en el animo la apprehension del bien, ò del mal”.
Jovellanos (1794-1797: 106 e 112)	“La interjeccion expresa un afecto del alma”. “La interjeccion sirve para denotar los afectos del ánimo, ó por mejor decir, llámanse interjecciones aquellos breves sonidos ó voces con que el ánimo prorumpie casi involuntariamente para desahogo suyo, ó para advertir alguna cosa á otro, ó llamar la atencion [...]”.
González de Valdés (1798: 13)	“ <i>INTERJECCIONES</i> , ó primeros signos en el órden de la naturaleza, son las palabras indeclinables, con que interrumpiendo el hilo del asunto prorumpimos manifestando los varios afectos, mociones, alteraciones, sentimientos, ó pasiones de nuestra alma [...]”.

Quadro 22: a interjeição - definição

Embora nas definições propostas por San Pedro e González de Valdés esteja presente também o critério formal (indeclinabilidade), o critério predominante é o semântico. Nesse ponto, os autores em estudo seguem a tradição gramatical precedente já que, como refere Ramajo Caño (1987: 207), “desde los gramáticos latinos la interjección es partícula que señala algún sentimiento, afecto, sensación...”. Tradicionalmente, a associação a esta particular carga semântica surge por vezes em relação com a sustentação do seu caráter natural. Trata-se de um pressuposto que, como refere García Folgado (2005: 399), serviu a Sánchez de las Brozas para negar à interjeição o estatuto de categoria independente, tal como, segundo Ramajo Caño (1987: 207), acontece também em Jiménez Patón. Contudo, não é uma marca de toda a gramática racionalista, pois tal não acontece, por exemplo, com os gramáticos de Port-Royal, que as consideram entre as partes da oração, como aliás fazem também os gramáticos do *corpus*. Contudo, com exceção de Torre y Ocón e de Benito de San Pedro, cujas definições, aliás, bastante próximas, não referem expressamente a questão do caráter natural da interjeição, os autores em estudo reconhecem essa situação,

ainda que a equacionem de diferentes formas. Em González de Valdés, tal surge em associação com a sua essência primária. Já em Puig e em Jovellanos a associação é com a sua natureza involuntária, sendo que em Puig, surge ainda associada ao carácter individual das interjeições.

Em Puig e Jovellanos a carga semântica da interjeição vem apoiada também no valor significativo da prosódia. Relativamente a Puig, García Folgado (2005: 398) vê nesta situação uma influência de Buffier, que também faz apoiar a carga significativa da interjeição nos seus elementos não-verbais.

Os autores em estudo não apresentam propostas de classificação da interjeição. Como explica Gómez Asencio (1985: 182), na tradição clássica, a classificação das interjeições foi estabelecida por Prisciano e Donato, mas questionada posteriormente por Alcuino o que levou a que a tradição gramatical espanhola se dividisse entre uma e outra posição, sendo a mais frequente a de não apresentar uma proposta de tipologia, como de facto acontece também no *corpus* em estudo. Apenas há a registar um esboço de tal em Torre y Ocón e San Pedro. No primeiro caso, o gramático recorre a um critério formal⁶⁸ e, no segundo, a um critério semântico⁶⁹.

Em função do anteriormente exposto sobre a peugada racionalista no tratamento das classes de palavras - e que, pela sua profusão, procurei sintetizar no quadro 23 -, observamos que é em Jovellanos que predominam largamente os traços que denunciam essa mesma herança doutrinal:

	Torre y Ocón (1728)	Benito de San Pedro (1769)	Puig (1770)	Jovellanos (1794-1797)	González de Valdés (1798)
Correspondência entre categorias gramaticais e categorias lógicas				+	
Autonomia categorial do adjetivo				+	
Autonomia categorial do artigo		+		+	

⁶⁸ “Quoique les véritables interjections soyent d’ ordinaire d’ une, ou de deux syllabes, comme sont: *A*, ou *ha*, *ha*; *oxte*, ouf; *yza*, *ize*; *ay*, *hela*; *guay*, ou *guaya*, *hela*. On en trouve neantmoins deplusieurs syllabes, & même de plusieurs mots joints en semble, comme: *O mi Dios!* O mon Dieu! *Ay Padre mio*, *què es lo que usted haze!* Helas mon Pere qu’ est que vous faitez; *hijo mio*, *hijo mio*, *no te me vayas!* Mon fils, mon fils ne m’ abandonnez pas, &c.” (Torre y Ocón 1728: 328).

⁶⁹ Patente nos exemplos apresentados na passagem transcrita no quadro 22 e relativos a algumas das noções expressas pelas interjeições.

Restrição da condição de pronome aos pronomes pessoais				+	
Consideração do particípio como forma verbal	+			+	
Abordagem intraproposicional da dicotomia verbo substantivo/ verbo adjetivo		+	+	+	+
Natureza semântica do conceito de <i>proposición</i>		+	+	+	+
Caráter natural e autónomo da interjeição			+	+	+

Quadro 23: marcas da descrição gramatical racionalista

5. A SINTAXE

Na gramática racionalista, a sintaxe ocupa um lugar central não só em termos do estatuto que assume relativamente às outras partes da gramática, mas, sobretudo, enquanto fator determinante de todos os planos de análise e descrição gramatical. Dos autores do *corpus*, o único que não nos oferece um capítulo dedicado à sintaxe é Puig, embora, na dedicatória, justifique essa opção e o lugar que reserva às questões sintáticas⁷⁰. Nos restantes gramáticos em cotejo, a sintaxe assume proporções variáveis⁷¹. Contudo, num quadro em que, como descreve Ramajo Caño (1987: 211) referindo-se aos gramáticos da tradição precedente, “bastantes hay que no le dedican ninguna línea”, é suficientemente significativo que lhe seja dado espaço e importância pelos gramáticos em estudo. Nas passagens transcritas no quadro 24, tal importância é particularmente sublinhada em San Pedro - que, na esteira do Brocense, associa intimamente a sintaxe à finalidade

⁷⁰ “De otra parte conviene, que sepa el Público, que V. S. I. no me encargò que compusiera una Arte completa de la Gramatica Castellana, sino los Rudimentos de ella. Lo que sin duda lo pensò, y dispuso asi V. S. I. persuadido, de que para el fin de instruirse los Muchachos era bastante darles por reglas los primeros, y esenciales principios; y que lo demás lo supliria, entre el egercicio de leer, y construir los buenos Autores, la viva voz del Maestro: para cuyo auxilio puse separadamente las Notas, entre las quales he procurado echar unas como semillas de la Syntaxis” (Puig 1770: [XIX-XX]).

⁷¹ Torre y Ocón: 6 páginas em 168; San Pedro: 60 páginas em 412; González de Valdés: 47 páginas em 311; Jovellanos: 1,5 em 7, nos *Rudimentos de gramática castellana*.

última da gramática⁷² - e em González de Valdés - que a apresenta como a parte da gramática que dá sentido a todas as outras:

<p>Torre y Ocón (1728: 340)</p>	<p>“[...] Maintenant il me reste a exposer en peu des mots ce qui regarde la syntaxe, ou construction de ces mêmes parties dans la construction, qui est en Espagnol pres que la même qu’ en François. La syntaxe n’est autre chose que la bonne disposition & arrangement des parties de l’óraison: elle est, ou de convenence, ou de regime: La syntaxe de convenence régle le report des mots à l’ egard des genres, des nombres, des persones, & des cas: celle de regime regle les cas, & les modes qu’il faut joindre aux noms, aux verbes, aux participes, aux gérondifis, & aux prépositions”.</p>
<p>Benito de San Pedro (1769: tomo II, 97)</p>	<p>“[...] Conviene ahora tratar de la construccion, que los griegos llaman <i>Syntaxis</i> συνταξις, esto es, coordinacion de unas partes con otras para el buen sentido i oracion perfecta. Que es el fin de la Gramatica i de todas las Lenguas. Se consigue esto por medio del concierto de las partes juntas en quanto a la devida concordia i colocacion de casos segun i regencia”.</p>
<p>Jovellanos (1794-1797: 112)</p>	<p>“[...] Pasarémos ahora a tratar de su union, esto es, del orden con que deben colocarse para expresar con claridad los pensamientos”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 148)</p>	<p>“La construc. 4ª, y últ. parte de que se compone la gramática de las lenguas, sin la cual de nada servirian la analog., etimolog., y prosodia, consiste em conocer la relac. que hay de unas palabras á otras. Esta relac. es de 2 maneras, de union, y de dependencia. Se llama de union, ó concordancia, quando se unen, ó corresponden unas á otras palabras, aviniéndose entre sí, ó conveniendo en otra 3ª cosa, ó cosas: y de regimen, ó dependencia, quando las unas dependen de otras, y están sujetas, ó subordinadas á ellas. La union, ó concordia de unas palabras con otras se considera absoluta en quanto prescinde de la dependencia, y es de 7 maneras”.</p>

Quadro 24: a sintaxe - definição e classificação

Atentando nas definições de sintaxe dadas por estes autores, é possível ver como as mesmas são reveladoras de maior ou menor aproximação à corrente racionalista. Um dos aspetos que o denuncia é o modo como uma valoração assente numa atitude normativa e orientada para a correção formal (visível em Torre y Ocón) dá lugar a uma atitude racionalista que põe a tónica na noção de clareza e na finalidade lógica do discurso (mais evidente em San Pedro e em Jovellanos).

⁷² Observe-se, contudo, que, diferentemente de San Pedro, Sánchez de las Brozas, apoia-se justamente nesta ideia para questionar que a sintaxe seja uma das partes da gramática: “otros dividen la gramática en letra, sílaba, palabra y oración o, lo que es lo mismo, en ortografía, prosodia, etimología y sintaxis. Pero la oración o sintaxis es el fin de la gramática, luego no es parte de ella, pues, como dice Cicerón, ‘una cosa es el arte y otra el fin de ese arte, ya que ningún arte trata sobre sí misma’” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: I, 2).

Outro dos aspetos mais destacados do cotejo reside no facto de todos os autores identificarem explicitamente *sintaxe* com *construção*⁷³. Como explica Gómez Asencio (1981: 43), em termos globais, na tradição gramatical ocidental os dois conceitos foram usados indistintamente por gramáticos de diferente filiação doutrinal, desde Prisciano até à própria Gramática de Port-Royal. Com Du Marsais, no artigo que dedicou na *Encyclopedie* (1751-1765) à *construção*, formula-se, como demonstra Chevalier (2006[1968]: 694-695), uma separação teórica destes conceitos, pela identificação de *sintaxe* com as relações entre as palavras e pela identificação de *construção* com a disposição das mesmas. Tal distinção, segundo Gómez Asencio (1981: 43-44), não parece ter precedentes na tradição hispânica anterior à edição de 1796 da *GRAE*⁷⁴ e, com efeito, não se manifesta em nenhum dos autores aqui estudados.

Da leitura das passagens em foco, destaca-se ainda a divisão da sintaxe em sintaxe de concordância e sintaxe de regência, a qual, segundo Ian Michael (1970: 133), remonta a Petrus Ramus. Entre os gramáticos do *corpus*, ela é contemplada por todos menos por Jovellanos, que, como já apontou García Folgado (2005: 641), não considera a noção de regência, desenvolvendo antes outra abordagem⁷⁵: destaca-se, em seu lugar o tratamento das noções de *ordem* e *concordância* e a introdução da *determinação* como uma noção sintática⁷⁶. Como aponta ainda a mesma autora (García Folgado 2005: 641), a afinidade de Jovellanos com o sensualismo de Condillac está também

⁷³ Jovellanos é o único em cuja definição tal não acontece, mas fá-lo precisamente no título que dá a esta parte do seu opúsculo: *Sintáxis ó construccion* (Jovellanos 1794-1797: 112).

⁷⁴ Observe-se que aí não ocorre nos mesmos moldes que em Du Marsais: “Je crois qu’on ne doit pas confondre *construction* avec *syntaxe*. *Construction* ne presente que l’idée de combinaison & d’arrangement. Ciceron a dit selon trois combinaisons différentes, *accepi litteras tuas, tuas accepi litteras, & litteras accepi tuas*: il y a là trois constructions, puisqu’ il ya trois differentes arrangements des mots; cependant il n’y qu’ une *syntaxe*; car dans chacune des ces *constructions* a les mêmes signes des rapports que les mots ont entr’ eux ainsi ces rapports sont les mêmes dans chacune de ces phrases. Chaque mot de l’ une indique également le même corrélatif qui est indiqué dans chacune des autres; [...] La *syntaxe* est donc la partie de la Grammaire qui donne la conoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l’ esprit” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo IV sv «CONSTRUCTION»). Já na edição de 1796 da *GRAE* a construção é uma das relações de dependência que determinam a sintaxe a par com a regência: “La CONSTRUCCION de las partes de la oración es otra especie de dependencia que las une, no con tanta precision como el régimen, sino con alguna mayor anchura y libertad, ya añadiendo unas, ya introduciendo otras entre las que van enlazadas por el régimen, para dar energía á las oraciones, y evitar la uniformidad que resultaria, si se guardaran constantemente en el uso las reglas del régimen y concordancia de las palabras” (GRAE 1796: 326).

⁷⁵ “La unión de las palabras puede señalarse de varios modos: por el lugar que se les da en la oracion, por la mudanza que reciben en la terminacion, por medio de preposiciones que indican el segundo término de una relacion, de adjetivos que juntan las proposiciones incidentes con los substantivos á quienes modifican, y de conjunciones que sirven para trabar las diferentes partes de la oración” (Jovellanos 1794-1797: 113).

⁷⁶ “En una oracion el sugeto puede ser determinado por un articulo, un participio ó un adjetivo, como acabamos de decir, y tambien por un substantivo con preposicion, como *hombre de bien*; por una proposicion incidente, como *hombre que cuida de su casa*; por conjunciones que le enlazan con otro sugeto, como *Juan y Antonio*, y por interjecciones ó expresiones de gozo, tristeza ó miedo, v. g.: *mi hijo; ah! ya habrá perecido... Mi padre ¡oh, qué dicha! está para llegar al puerto*” (Jovellanos 1794-1797: 113).

presente na sua teoria sintática, como revela o exemplo de análise lógica que constitui o seu opúsculo *Tratado de análisis del discurso*.

Relativamente ao conceito de *concordância*, como refere Gómez Asencio (1981: 66), tradicionalmente, este consubstancia-se em três tipos de relações, a saber: i) substantivo + verbo; ii) adjetivo + substantivo; iii) relativo + antecedente. Tal é o que acontece em Benito de San Pedro (1769: tomo II, 98). Torre y Ocón (1728: 342-343) considera ainda a concordância advérbio + preposição⁷⁷ e González de Valdés (1798: 150-158) admite mesmo sete tipos de concordâncias⁷⁸: i) verbo + sujeito; ii) infinitivo + acusativo; iii) substantivo + substantivo / pronome pessoal; iv) nominativo + vocativo; v) adjetivo / nome / pronome / participípio + substantivo (expresso ou implícito); vi) relativo + antecedente; vii) verbo em pergunta e resposta. Jovellanos (1794-1797: 113) apenas refere a concordância de substantivo e adjetivo e esta é também a posição que, de acordo com os dados recolhidos em Ramajo Caño (1987: 215), também se encontra em alguns destacados gramáticos espanhóis de inspiração racionalista, como Correas, Villalón e Jiménez Patón.

Relativamente ao conceito de *regência*, como explica Gómez Asencio (1981: 59), na gramaticografia espanhola anterior ao sec. XVIII, não há muitos textos que o definam e tratem⁷⁹. No caso dos autores do *corpus*, conforme deixa ver o quadro 24, tal conceito, em Torre y Ocón e em San Pedro, surge associado ao sistema de casos latinos, e o mesmo acontece em González de Valdés, embora com diferenças significativas. Tais diferenças, como expõe Iglesias Bango (2011: 669-670), residem em que, em primeiro lugar, a regência de caso, observável em San Pedro e nos autores setecentistas que partilham a sua noção de regência, é substituída pela de relação entre as palavras, em González de Valdés e outros autores coevos. Em segundo lugar, segundo o mesmo investigador distingue-os ainda a focalização por parte dos primeiros na palavra regente, e, no caso dos segundos, na palavra regida. Note-se que San Pedro e González de Valdés não se limitam, como Torre y Ocón, a apresentar os casos e/ou categorias que podem reger e ser regidos⁸⁰. Em San Pedro, o plano de análise formal é combinado com o funcional e semântico pela distinção entre *regência direta ou absoluta* de *indireta ou*

⁷⁷ Relativamente a estas duas categorias, observa-se, contudo, que, ao incidir exclusivamente sobre questões de ordem, o autor afasta-se da definição que dá de *concordancia*: “La sintaxe de convenence régle le report des mots à légard des genres, des nombres, des personnes, & des cas” (Torre y Ocón: 340).

⁷⁸ Uma singularidade assinalada por Gómez Asencio (1981: 67, n. 119) como um dos casos mais extraordinários de variação ao tradicional esquema tripartido de relações de concordância. Paralelamente, há ainda a assinalar em González de Valdés (1798: 149) a distinção entre *concordância absoluta (ou intransitiva)* e *de dependência (ou transitiva)*.

⁷⁹ O autor refere apenas Nebrija e Correas.

⁸⁰ “La sintaxe, ou construction de régime, regarde les noms, les verbes, les géronatifs, les prépositions, & les conjonctions” (Torre y Ocón 1728: 343).

relativa, no que Lliteras Poncel (1992: 521) pressente o esboço da noção a que posteriormente se designaria *complemento*⁸¹. González de Valdés, por seu lado, conforme também deixava já antever o quadro 24 e como aponta Gómez Asencio (1981: 60-61), tal como a maior parte dos gramáticos de finais do século XVIII, concebe a regência “como una relación, en cierta medida semântica, de dependencia unilateral con la vista puesta en la palabra dependiente: la relación de régimen tiene lugar cuando una palabra depende o está subordinada a otra”. Parece, portanto, registar-se com estes autores certa aproximação progressiva aos conceitos de *subordinação e complemento* que encontrarão posterior desenvolvimento na tradição espanhola, e que, em rigor, segundo Iglesias Bango (2011: 672) só se podem localizar no século seguinte: “Solo cuando se produzca esta identificación del régimen con el término regido o palabra que determina o restringe la significación de otra va a aparecer realmente el concepto de *complemento*. Esto quiere decir, a mi juicio, que el origen del concepto de *complemento* hay que situarlo, en realidad, en Pelegrín, Alemany y Lacueva y no en Saqueniza”⁸².

No tocante à sintaxe figurada, apenas San Pedro e Jovellanos lhe dedicam tratamento específico nas suas obras⁸³, onde explicam através de quatro figuras (elipse, hipérbato, pleonasma e silepsis) os desvios à ordem natural ou lógica das palavras, assumida como referente discursivo.

La figura es irregularidad de las partes de la oracion, que sucede o porque sobra alguna palabra, o porque falta, o porque desconcierta, o por colocacion perturbada. I segun esto son cuatro generalmente las figuras: *Pleonasmos, Elipse, Sylepsis, Hyperbaton*. I se a estendido tanto su uso, que casi todo lo que hablamos es figura (San Pedro 1769: 133).

Sintaxis figurada es aquella que permite algunas mudanzas en la construccion natural, ya alterando el órden y colocacion de las palabras, ya omitiendo unas, ya añadiendo otras, ya quebrantando las reglas de la concordancia. Cuando se invierte el órden de

⁸¹ “De dos modos se puede concebir esta relacion entre el nombre i verbo, es a saber directa o indirectamente. Un verbo se refiere o termina directamente a un nombre, quando por èl se puede responder a la pregunta a *quien* o *què cosa*? V. gr. *El hijo ama, a quien? A su Padre. Yo conozco, qué cosa? la verdad*. Los verbos *ama*, i *conozco* se refieren directamente a los nombres *Padre*, i *verdad*. Si no se puede responder a estas preguntas se terminará entonces la accion indirectamente; v. gr. *El mendigo carece de què cosa? de sustento*.

Segun esto ai dos suertes de regencia, esto es directa u absoluta, e indirecta o relativa” (San Pedro 1769: tomo II, p. 107).

⁸² A identificação do aparecimento da noção de complemento com a obra de Jacobo Saqueniza dá-se por exemplo no trabalho supracitado de Gómez Asencio (1981: 61).

⁸³ No caso de Puig, tal decorre, como já se referiu anteriormente, do facto de não haver uma parte da obra especificamente orientada para a sintaxe. Observe-se que, apesar de não as tratar separadamente, González de Valdés exprime-se a respeito desta matéria na parte da sua obra que dedica aos vícios da oração: “el tropo es un modo de hablar, que consiste necesariamente en dexar la significac. propia, para que se inventó una palabra, y usarla en otra, que también es muy natural y comun por necesidad y apropió á lo que se habla” (González de Valdés 1798: 181).

las palabras se comete la figura hipérbaton, que significa inversion. Cuando se callan palabras, es por la figura elípsis, que equivale á falta o defecto. cuando se aumentan, es por la figura pleonasmio, que vale sobra ó superfluidad; y cuando se falta á la concordancia, es por la figura silepsis ó concepcion (Jovellanos 1794-1797: 113).

Nesse sentido, aproximam-se da gramática de Port Royal (Arnauld & Lancelot 1660: 145-147). Da mesma forma – seja através dos gramáticos franceses ou diretamente – a sua proposta coincide também com a tipologia definida pelo Brocense, como acerca de San Pedro sublinha Mercedes Martínez Mezo (2011: 793). No entanto, simultaneamente, desviam-se da conceção sanctiana, na medida em que, de acordo com a mesma, as figuras não recebem tratamento isolado, porque não valem tanto pela sua componente estilística, mas sim como recurso sistemático de descrição linguística e de construção da linguagem comum (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: IV, 2).

Finalmente, torna-se essencial abordar uma ideia basilar da teoria sintática em geral: a noção de *oração/proposição*, cuja distinção só se desenvolve a partir de meados do século XIX (López Quero 2006: 983-989), mas que já se encontra esboçada em alguns dos textos do *corpus*. Enquanto que Torre y Ocón e Puig usam apenas o termo *oração*, San Pedro apresenta as duas expressões como sinónimas: “La serie de palabras donde se contiene un sugeto i un atributo unidos por medio del Verbo se llama oracion o proposición” (San Pedro 1769: tomo II, 2). Por outro lado, González de Valdés e Jovellanos esboçam já uma distinção entre os dois conceitos⁸⁴. No primeiro dos dois gramáticos, a separação assenta em diferenças de nível na estrutura da língua.

A manera del punto matemático que es parte indivisible de la línea, así generalmente hablando el sonido es parte de la sílaba, la sílaba de la palabra, la palabra de la proposicion simple, ó compuesta, y esta de la oracion; aunque alguna vez el sonido es sílaba, palabra, y en la apariencia proposicion, v. g. en *di*. donde falta *yo*, ó *tu*. Y así al reves la oracion se resuelve en proposiciones, la proposicion en palabras, la palabra en sílabas, y la sílaba en las tres especies de sonidos que tuviere con el valor mismo que tienen articulados en las palabras, quando hablamos y leemos, sin dividirla jamas en ellos quando escribimos (González de Valdés 1798: 3-4).

Em Jovellanos, como desenvolve Gómez Asencio (1981: 105), a proposição é a noção que permite articular o plano de análise lógica com o plano de análise estritamente gramatical. De acordo com as passagens seguidamente transcritas, a oração parece situar-se no segundo caso.

⁸⁴ A esta luz, haveria que matizar o que afirma López Quero (2005: 981) sobre Andrés Bello como “el primero de los gramáticos que estableció la distinción entre oración y proposición”.

El juicio expresado con palabras se llama *proposicion* (Jovellanos 1794-1797: 104).

Hemos de advertir que un pensamiento se compone de uno ó mas juicios, porque cuando pensamos no hacemos sino juzgar de dos ó mas cosas, y cuando expresamos con palabras estos juicios de nuestra alma formamos lo que se llama proposición (Jovellanos 1794-1797: 152).

Luego toda proposición consta de tres palabras. La primera se llama sugeto, la segunda atributo; ambos son seguidos de dos ideas que hemos comparado; y la tercera, que es signo de la operacion de nuestra alma se llama verbo.

Las proposiciones son simples ó compuestas, cuando constan de tres palabras ó de dos, porque en este caso el verbo y el atributo se confunden en una misma palabra. [...].

Llama-se proposicion compuesta la que contiene en compendio varios juicios [...].

Se infiere de esta doctrina que un juicio es simple, y que una proposicion es compuesta cuando encierra en sí varios juicios (Jovellanos 1794-1797: 153).

Se observa la última especie de proposicion en estas palabras: “una montaña, que embarga la vista del espectador.” *Que embarga* no es proposicion *principal*, tampoco es *subordinada*; determina solamente la palabra montaña, señalando la calidad que tiene de embargar la vista, por lo que se le da el nombre de incidente.

En la primera parte del último párrafo vemos una proposicion principal que carece de miembros. Esta tiene el nombre de frase ó de oracion (Jovellanos 1794-1797: 152).

6. FONTES

Além do anteriormente exposto, para efeitos do enquadramento doutrinal dos autores do *corpus*, importa ainda considerar a informação que, em alguns casos, os próprios oferecem explicitamente sobre as suas fontes e modelos ou sobre os textos de que se demarcam teoricamente. É verdade que tal matéria mereceria por si só um estudo específico, no entanto, tentar-se-á aqui resumir brevemente a informação mais significativa.

No caso de Torre y Ocón, no preâmbulo que dirige ao leitor, o gramático assegura a leitura exaustiva de quantos autores franceses escreveram sobre a língua espanhola, assumindo em relação aos mesmos uma atitude profundamente crítica que se estende ao corpo da gramática, não obstante os seus principais modelos estarem também dentro deste grupo, como adverte Brigitte Lepinette (2001: 146): a gramática da Academia de Paris (Bruxelas 1706) de François Régnier-Desmarais e a *Grammaire françoise sur un plan nouveau* (Paris 1709) de Claude Buffier. Por outro lado, entre os textos mais censurados sobressaem largamente as obras de Jean Perger e Sier Ferrus, autores, respetivamente, de *Nouvelle grammaire de la langue espagnolle, contenant les principes de cette Langue avec la nomenclature des mots les plus necessaire, & plufiers Historiettes Espagnolles & Françoises* (Paris,

1704) e de *Nouvelle grammaire espagnole* [...] avec un ample vocabulaire [...] et un recueil de sentences (Lyon, 1704)⁸⁵. Note-se, contudo, que também censura frequentemente os autores da gramática de Port-Royal e, pontualmente, Francisco Sobrino⁸⁶. Deve, ainda, sublinhar-se que estas críticas incidem mais propriamente no conhecimento particular da língua espanhola ou das opções metodológicas que no domínio da teoria linguística geral. Contrapostas a estas críticas estão as apreciações positivas que Torre y Ocón (1728: 197, 201, 208) faz de Sebastián de Covarrubias e de Bernardo de Aldrete enquanto referentes para a pronúncia do Espanhol.

Quer nos textos preambulares quer ao longo da obra, San Pedro (1769: tomo I, XI-XV, 93-95 e 102) dá igualmente indicação de fontes gramaticais espanholas de diferente filiação doutrinal, distinguindo entre as que lhe servem de referência (Antonio de Nebrija, Francisco Sánchez de las Brozas, Giovanni Miranda, Bartolomé Jiménez Patón, Gonzalo Correas, Benito Martínez Gómez Gayoso, Benito Feijoo e Gregorio Mayans) e as que lhe suscitam distanciamento teórico entre os quais predominam gramáticos da área da gramaticografia do Espanhol como língua estrangeira (Francisco Sobrino, Cesar Oudin e Jean de Vayrac). Como principal modelo, indica a obra do Brocense, que procura enaltecer ilustrando a sua projeção em autores estrangeiros entre os quais destaca os seus comentadores e seguidores: Gaspar Schopp, Jakob Voorbroek Perizonius, Johann Gerhard Voss e Claude Lancelot.

Em Puig, salvo raras exceções - como no caso de Juan de Palafox y Mendoza, Giulio Cesare Escalígero e Prisciano (Puig 1770: 28 e 30) -, a maior parte das referências não é feita de forma nominal, mas sim por alusão geral às ideias de grupos de gramáticos.

Em González de Valdés (1798: 308), a intenção de identificação com os pressupostos racionalistas torna-se visível na demarcação teórica de outros gramáticos, na referência destacada ao modelo do Brocense e no elogio ao valor da lógica e da razão quer entre os modelos quer entre os seguidores de Sánchez de las Brozas.

Já Jovellanos não oferece nos textos em estudo referências expressas a outros gramáticos, embora as possamos encontrar noutros textos seus do *Curso*, como o *Tratado teórico-prático de enseñanza* onde menciona, por exemplo, os nomes dos gramáticos racionalistas franceses Du Marsais, Court de Gibelin e Condillac (Jovellanos 1858[1794-1797]: 245).

⁸⁵ Conforme se pôe de manifesto em Sáez Rivera (2007: 360-369; 482-483), estas obras sofreram várias críticas por falta de originalidade e qualidade. Neste seu trabalho, Sáez Rivera explora com detalhe as críticas que Torre y Ocón dirige aos dois gramáticos franceses.

⁸⁶ Como aponta Sánchez Pérez, (1992: 155-159), ao longo do século XVIII, o texto de Sobrino teve variadas reedições, contando-se entre as obras de Espanhol para estrangeiros mais difundidas na Europa durante este século.

Independentemente da sua diversidade, estas referências permitem, comprovar o conhecimento das ideias racionalistas, por parte dos autores em estudo, quer através dos teóricos franceses quer dos seus antecedentes europeus, com especial destaque, naturalmente, para os da tradição espanhola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do anteriormente exposto se conclui que é em Jovellanos e em González de Valdés que o cunho das ideias racionalistas é mais evidente, sendo de precisar, que, num uso mais rigoroso dos termos, a obra de Jovellanos revela mais propriamente a influência do sensualismo. Paralelamente, é de recordar o balanço de Gómez Asencio (1981: 124) sobre a introdução da gramática racionalista em Espanha como um percurso marcado por contradições resultantes de uma tentativa de ecletismo. Como aqui se tentou mostrar, esse ecletismo está presente até naquele gramático em quem as ideias racionalistas tiveram maior enraizamento: com efeito, em Jovellanos, a defesa de um único artigo, os critérios utilizados na descrição do mesmo e a tónica colocada no valor substitutivo dos pronomes são alguns dos pontos em que se revela mais conforme com a tradição gramatical descritivo-normativa.

No termo deste trabalho, no âmbito da síntese do que aqui se tentou levar a cabo (um levantamento, em traços largos, das notas racionalistas da produção gramaticográfica espanhola setecentista) e do que ficou por fazer (o tratamento da gramaticografia latino-castelhana e a aferição de pressupostos metodológicos subjacentes às gramáticas do *corpus*), sublinhe-se a utilidade de, como fez recentemente Filomena Gonçalves (2011), investir no cruzamento das conclusões sobre a tradição racionalista espanhola e portuguesa setecentista, no quadro de uma interpenetração dos estudos gramaticográficos ibéricos que urge materializar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ARNAULD, Antoine & Claude Lancelot. 1660. *Grammaire générale et raisonnée: contenant les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire & naturelle; Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales différences qui s'y rencontrent; Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue françoise*. Paris: P. Le Petit.

CHOMSKY, Noam. 2009[1966]. *Cartesian Linguistics. A Chapter in the History of Rationalist Thought* ed. por James McGilvray. Cambridge: Cambridge University Press.

D'ALEMBERT, Jean le Rond & Denis Diderot. 1751-1765. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Tomo I e IV. Briasson: Paris.

GONZÁLEZ DE VALDÉS, Juan Antonio. 1798. *Gramática completa grecolatina y castellana*. Madrid: Imprenta Real.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. 1858[1794-1797]. *Curso de Humanidades Castellanas. Obras publicadas e inéditas* ed. por Cándido Necedal. Madrid: por M. Rivadeneyra.

NEBRIJA, Antonio de. 2011[1492]. *Gramática sobre la lengua castellana* ed. por Carmen Lozano Guillén & Felipe González Vega. Barcelona: Galaxia Gutenberg & Círculo de lectores.

PUIG, Salvador. 1770. *Rudimentos de gramática castellana*. Barcelona: por Thomas Piferrer.

REALACADEMIA ESPAÑOLA. 1796. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Viuda de Don Joaquín Ibarra.

SAN PEDRO, Benito de. 1769. *Arte del romance castellano*. Valencia: Imprenta de Benito Monfort.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995[1587]. *Minerva o de causis linguae latinae* ed. por Eustaquio Sánchez Salor & César Chaparro Gómez. Cáceres: Institución Cultural El Brocense / Servicio de Publicaciones da la Universidad de Extremadura. Documento electrónico disponível em: <http://iessapostol.juntaextremadura.net/latin/minerva/>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. 1986[1971]. *Curso de Linguística Geral*. Traduzido para o Português a partir da edição francesa por José Victor Adragão. Lisboa: D. Quixote.

TORRE Y OCÓN, Francisco de la. 1728. *Nuevo método, breve, útil y necessario para aprender a escribir, entender y pronunciar las dos principales lenguas, española y francesa*. Madrid: Imprenta de Juan de Ariztia.

Fontes secundárias

BARGALLÓ ESCRIVÁ, María. 1996. “Influencia de la gramática general francesa en la gramática española de los siglos XVII y XVIII: el tema del orden de las palabras”. *L’ Universalité du français et sa presence dans la Péninsule Ibérique (Actes du Colloque de la SIHFLES)* ed. por García Bascuñana, B. Lepinette & C. Roig, 449-459. Documento electrónico disponível em: <http://fle.asso.free.fr/sihfles/Documents/Documents%2018/DOC%2018%20pdf/u%20d18%20bargallo%20escriva.pdf>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

CHEVALIER, Jean-Claude. 2006[1968]. *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française, 1530-1750*. Paris: Honoré Champion.

ESCAVY ZAMORA, Ricardo. 2002. “Aspectos de la aportación hispánica a la teoría general del pronombre”. *Ideas lingüísticas hispánicas: de San*

Isidoro a Ortega ed. por Ricardo Escavy Zamora, 21-36. Murcia: Universidad de Murcia.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel (coord.). 2008. *Bibliografía temática de historiografía lingüística española. Fuentes secundarias*. Hamburg: Helmut Buske.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2011. “La recuperación de la obra gramatical de Nebrija en el siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 99-123. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

FUERTES GUTIÉRREZ, Mara. 2006. “Consideraciones acerca de la idea de signo lingüístico en los siglos XVII y XVIII”. *Diacronía, lengua española y lingüística: actas del IV Congreso Nacional de la Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española (Madrid, 1, 2 y 3 de abril de 2004)* coord. por Javier Rodríguez Molina & Daniel Sáez Rivera, 91-102. Madrid: Síntesis.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2002. “La enseñanza de la gramática española en la segunda mitad del siglo XVIII: Benito de San Pedro”. *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española, Valencia 31 de enero -4 de febrero 2000* coord. por María Teresa Echenique Elizondo & Juan P. Sánchez Méndez, 1191-1200. Madrid: Gredos.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2003. “El Arte del Romance Castellano de Benito de San Pedro: los fundamentos de la principal Gramática preacadémica del siglo XVIII”. *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo 83, Cuaderno 287, 51-111.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004a. “La gramática a finales del siglo XVIII (1769-1800): obras, objetivos y fuentes”. *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística: actas del IV Congreso Internacional de la SEHL, La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003*, vol. 1 coord. por Cristóbal José Corrales Zumbado [et al.], 561-572. Madrid: Arco Libros.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004b. “Motivaciones para el estudio de la Gramática Española en el siglo XVIII”. *Analecta malacitana: Revista de la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras*, vol. 27, nº 1, 91-116.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2005. *La Gramática española y su enseñanza en la segunda mitad del siglo XVIII y principios del XIX (1768-1815)*. Tese de doutoramento. Departamento de Filología Española, Universidad de Valencia.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2006 “La gramática general y la institución escolar en España: inicios”. *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, vol. 1 coord. por Antonio Roldán Pérez, 651-662. Murcia: Universidad de Murcia.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010a “Lengua, gramática, enseñanza: Salvador Puig i Xoriguer”. *Revista argentina de historiografía lingüística*, II, 1, 1-26.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010b: “Los inicios de la gramática escolar en España (1768-1813). Una aproximación historiográfica”. *ELS – Études linguistiques* 4.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010c. “Lengua, gramática, enseñanza: Salvador Puig i Xoriguer”. *Revista argentina de historiografía lingüística* vol. II., n.º 1. 1-26.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010d. “De Francia a España: el análisis lógico y gramatical”. *Enfoques de teoría, traducción y didáctica de la lengua francesa. Estudios dedicados a la profesora Brigitte Lépinette* ed. por Juan Carlos de Miguel, Carlos Hernández & Julia Pinilla, 163-174. Valencia: Universitat de València.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2011. “La gramática española de 1770 a 1800”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 261-284. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

GARCÍA-CERVIGÓN, Alberto Hernando. 2003. “El adverbio en el ‘Arte del Romance Castellano’ (1769) de Benito de San Pedro”. *Revista de filología románica* 20. 41-51.

GIL FERNÁNDEZ, Luis. 1997. *Panorama social del humanismo Español (1500-1800)*. Madrid: Tecnos.

GIRÓN ALCONCHEL, José Luís. 2009. “Corrientes y periodos en la gramática española”. *Historiografía lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos* ed. por Josefa Dorta, Cristóbal Corrales & Dolores Corbella, 57-88. Madrid: Arco/Libros.

GÓMEZ ASENCIO, José J[esús]. 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

GÓMEZ ASENCIO, José J[esús]. 1985. *Subclases de palabras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

GONÇALVES, Filomena. 2011. “La conexión portuguesa: Gramáticas portuguesas y gramáticas españolas entre 1700 e 1835”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 419-441. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

HASSLER, Gerda. 2012. “Textos gramaticales de referencia en la Europa del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 17-51. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2011. “Alcance y cometidos de la *Sintaxis* en textos gramaticales del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 631-693. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

LÁZARO CARRETER, Fernando. 1985[1949]. *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Barcelona. Crítica.

LEPINETTE, Brigitte. 2001. “La Grammaire contrastive franco-espagnole de la première moitié du XVIIIe siècle - analyse de six ouvrages”. *History of linguistics in Spain: Historia de la lingüística en España*, vol II ed. por E. F. Konrad Koerner & Hans-Josef Niederehe, 137-180. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

LLITERAS PONCEL, Margarita. 1992. “Benito de San Pedro frente a la tradición nebricense”. *Bulletin hispanique*, vol. 94, n.º 2 *Nebrija (1492-1992): cinq siècles de réflexion sur la langue espagnole*. 505-527.

LÓPEZ QUERO, Salvador. 2006. “¿Es necesario el concepto de proposición? un recorrido por la historia de las gramáticas de la lengua española”. *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, vol. 2 coord. por Antonio Roldán Pérez, 981-994. Murcia: Universidad de Murcia.

LOZANO GUILLÉN, Carmen. 1992. *La aportación gramatical renacentista a la luz de la tradición*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

MARTÍN GALLEGU, Carolina. 2011. “Conjunción y conectores en gramáticas del español del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 833-852. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ ALCALDE, María José. 1998. “Gramáticas españolas preacadémicas del XVIII: sobre el llamado artículo indefinido”. *Homenaje al profesor Emilio Alarcos García en el centenario de su nacimiento: 1895-1995* coord. por César Hernández Alonso & Emilio Alarcos LLorach, 387-398. Valladolid: Junta de Castilla León & Universidad de Valladolid.

MARTÍNEZ ALCALDE, María José. 2011. “El retorno de la gramática: los textos de 1743 (Benito Martínez Gómez Gayoso) y 1769 (Benito de San Pedro)”. *El Castellano y su codificación gramatical*, v. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 160-193. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2007. “La relación entre el artículo y el pronombre en la teoría gramatical española del siglo XVII.” *Actas del VI Congreso de Lingüística General, Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004*, vol. 3: *Lingüística y variación de las lenguas* coord. por Pablo Cano López, 2933-2946. Madrid: Arco Libros.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2011. “El campo de la Gramática Española y sus partes en el siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835*, 571-630 dir. por José J. Gómez Asencio. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ MEZO, Mercedes. 2011. “Las figuras en las gramáticas del español del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835*, 789-804 dir. por José Jesús Gómez Asencio. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MICHAEL, Ian. 1970. *English Grammatical Categories and the tradition to 1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

NIEDEREHE, Hans-Josef. 2001. “La gramaticografía del siglo XVIII entre tradición y reorientación”. *History of Linguistics in Spain/Historia de la Lingüística en España*, vol. II ed. por E.F. Koerner & Hans-Josef Nederehe, 181-194. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

NIEDEREHE, Hans-Josef. 2005. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES III). Desde el año 1701 hasta el año 1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 1987. *Las Gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

RIDRUEJO ALONSO, Emilio. 1989. “Los rudimentos de gramática castellana de Jovellanos y la ‘Gramática’ de la Real Academia”. *Philologica: homenaje a Antonio Llorente*, vol. 2 coord. por Julio Borrego Nieto, José J. Gómez Asencio & Luis Santos Rio, 399-414. Salamanca: Universidad de Salamanca.

RIDRUEJO ALONSO, Emilio. 2011. “La aportación de Jovellanos a los estudios gramaticales”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 225-259. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

SÁEZ RIVERA, Daniel. 2007. *La lengua de las gramáticas y métodos de español como lengua extranjera en Europa (1640-1726)*. Tese de doutoramento. Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid. Documento eletrônico disponível em: <http://eprints.ucm.es/7813/>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

SÁNCHEZ PÉREZ, Aquilino. 1992. *Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.

SARMIENTO, Ramón. 1996. “Historia Problemas y función de ‘una particilla’ de nuestra lengua”. *Scripta in memoriam Manuel Taboada Cid*. Tomo I ed. por Manuel Casado Velarde [et. al]. Coruña: Servicio de Publicaciones Universidad de la Coruña.

SWIGGERS, Pierre. 2011. “La gramática general y filosófica francesa y su recepción en España”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 53-98. S.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.